

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANA MARIA DA SILVA MARENGONI

**A CHINA E O MEIO AMBIENTE: ANÁLISE DAS PRESSÕES SOFRIDAS POR
UMA MATRIZ ENERGÉTICA LIMPA**

**SANTANA DO LIVRAMENTO
2022**

ANA MARIA DA SILVA MARENGONI

**A CHINA E O MEIO AMBIENTE: ANÁLISE DAS PRESSÕES SOFRIDAS POR
UMA MATRIZ ENERGÉTICA LIMPA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais pela Universidade
Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carmela Marcuzzo
do Canto Cavalheiro

SANTANA DO LIVRAMENTO

2022

ANA MARIA DA SILVA MARENGONI

**A CHINA E O MEIO AMBIENTE: ANÁLISE DAS PRESSÕES SOFRIDAS POR
UMA MATRIZ ENERGÉTICA LIMPA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais pela Universidade
Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso avaliado e aprovado em: 18/01/2022.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Carmela Marcuzzo do Canto Cavalheiro

Orientadora

(UNIPAMPA)

Prof.^a Dr.^a Anna Carletti

(UNIPAMPA)

Prof.^a Dr.^a Leticia Britto dos Santos

(UNIPAMPA)

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

M324c Marengoni, Ana Maria da Silva
A China e o Ambiente: Análise das pressões sofridas por uma
matriz energética limpa / Ana Maria da Silva Marengoni.
80 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2022.
"Orientação: Carmela Carmela Marcuzzo do Canto Cavalheiro".

1. Ambiental. 2. China. 3. Energia. 4. Meio Ambiente. 5.
Estados Unidos. I. Título.

DEDICO o presente trabalho aos meus amados pais Solange da Silva Marengoni e Sergio Marengoni!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para finalizar minha graduação.

Agradeço aos meus pais Solange e Sergio por sempre me apoiarem e estarem ao meu lado em todos os momentos da minha vida, os quais não mediram esforços para me manter em uma outra cidade em busca do meu sonhado diploma. Obrigada por acreditarem em mim muito mais do que eu mesma acredito, essa conquista é muito mais de vocês do que minha.

Agradeço ao meu avô Telmo Gomes da Silva *in memoriam*, que tinha muito orgulho de falar sobre eu estar na faculdade e que eu iria viajar o mundo, espero que eu siga te dando orgulho.

Agradeço ao meu namorado por me apoiar durante o final da graduação e me manter firme nos meus objetivos.

Agradeço à minha orientadora Professora Carmela, por me orientar, me acalmar e por acreditar em meu potencial. Me sinto honrada de ter ela como orientadora.

Agradeço aos meus amigos do grupo The House of Carol Ademir, Anna, Bruno, Julia, Juliana, Manoela e Marcela que se tornaram minha família em Santana do Livramento e que apesar das inúmeras brigas (pois nenhuma família é perfeita) tornaram os anos de graduação mais leves. Levarei nossos momentos para sempre em meu coração e sempre irei torcer pelo sucesso de vocês na área que escolherem.

Agradeço a minha dupla dinâmica Aline e Sarah, por estarem sempre ao meu lado, sentirei saudades dos nossos cafés da tarde, nosso chimarrão, jantares em meu apartamento e das longas caminhadas até Rivera acompanhadas por nosso cão de guarda, o Paçoca.

Agradeço a minha amiga Juliana Mora, a qual me aproximei durante os anos de pandemia, feliz com esta amizade que foi construída à distância que se tornou essencial para mim.

Agradeço a todos os amigos que fiz em Santana do Livramento, e as pessoas que tiveram passagens rápidas em minha vida, porém em determinados momentos

foram essenciais para minha formação.

Agradeço aos meus amigos de Uruguaiana, em especial a Mariana Mello que esteve presente em todos os momentos dos meus 24 anos de vida, que nossa amizade se fortaleça a cada ano que passar. Aos meus amigos Esther, Vivian e Junior que nutro um carinho enorme. As minhas amigas Ariane, Maria Renata e Júlia que me acompanham desde o ensino médio, feliz por estarmos passando pela mesma fase de vida juntas.

Por fim agradeço a todos os professores e servidores da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), lembro-me de estar assustada quando entrei na faculdade e com uma preocupação de como seriam os professores, os quais durante toda a graduação me acolheram e se demonstraram à disposição.

“A proteção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos.” Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano - 1972

TABELAS

Tabela 1: Criação de órgãos e leis de proteção ambiental	36
Tabela 2: Histórico e Realizações do PNUMA.....	65

GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Percentual do PIB mundial (em termos de PPC).....	35
GRÁFICO 2: Salto nos níveis de poluição na China.....	38
GRÁFICO 3: Níveis de poluição entre Brasil, China, Europa e Estados Unidos.....	41
GRÁFICO 4: Toneladas de CO2 por km2.....	48
GRÁFICO 5: Emissões de CO2 por área.....	49
GRÁFICO 6: China produz mais energia eólica do que os EUA.....	53
GRÁFICO 7	54
GRÁFICO 8: Comparativo dos Gastos do governo em Pesquisa e Desenvolvimento (China e Estados Unidos).	55

FIGURAS

FIGURA 1: Mapa 1	21
FIGURA 2: Mapa 2	30
FIGURA 3: Céu de Pequim em 2017.....	40

SIGLAS

APN: Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional

CH4: metano

COP-21: Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

CO²: Dióxido de carbono

CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA: Estados Unidos da América

FMI: Fundo Monetário Internacional

HFCs: Hydrofluorcarboneto

IPCC: Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

N₂O: Óxido Nitroso

NEPA: Agência de Proteção Ambiental Nacional

OIs: Organizações Internacionais

OMS: Organização Mundial da Saúde

ONGs: Organizações Não-governamentais

ONU: Organizações das Nações Unidas

PCC: Partido Comunista Chines

PFCs: perfluorocarboneto

PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RPC: República Popular da China

SF₆: hexafluoro sulfurico

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: A CHINA E A TEMÁTICA AMBIENTAL: ANÁLISE DAS PRESSÕES SOFRIDA POR UMA MATRIZ ENERGÉTICA LIMPA.	20
1.1 A temática ambiental na agenda internacional	20
1.2 Conceito de crises ambientais	23
1.3 Organizações Internacionais, Meio ambiente e Tratados	24
CAPÍTULO 2: A CHINA – SOBERANIA VERSUS MEIO AMBIENTE	29
2.1 O crescimento Chinês à revelia do meio ambiente	29
2.2 A soberania e sua relativização	36
2.3 A soberania chinesa versus o meio ambiente	37
CAPÍTULO 3: A SOBERANIA ESTATAL E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS (OIs)	45
3.1 Estados Unidos e meio ambiente	45
3.2 Japão	56
3.3 União Europeia	59
3.4 Estados soberanistas e as organizações internacionais	63
3.5 O programa das Nações Unidas para o meio ambiente (PNUMA)	64
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

RESUMO

O presente trabalho tem como tema central analisar as pressões que a China sofre para ter uma matriz energética limpa. Para isto o primeiro capítulo aborda a entrada do tema ambiental na agenda internacional e a sua importância atualmente. Busca também analisar historicamente através dos governos de Mao Tse ao atual presidente Xi Jinping o motivo da China ter se tornado um dos maiores emissores dos gases do efeito estufa e as políticas adotadas para frear os avanços da emissão. Posteriormente abordará as medidas aplicadas pelos Estados Unidos e Japão na questão ambiental de cada um juntamente com a União Europeia e organizações internacionais, usando como principal autoridade ambiental global o Programa das Nações Unidas (PNUMA). O método de pesquisa utilizado no presente trabalho é a abordagem metodológica qualitativa, visto que o trabalho se propõe a analisar as ações da República Popular da China nas questões ambientais e as pressões sofridas por ela nas organizações internacionais. Além do mais, será usado o método hipotético dedutivo, buscando a criação de hipóteses e previsões acerca dessas hipóteses.

Palavras-chaves: Ambiental. China. Energia. Estados Unidos. União Europeia. Meio ambiente.

ABSTRACT

The present work has as its central theme to analyze the pressures that China suffers to have a clean energy matrix. It also seeks to historically analyze, through the governments of Mao Tse to current President Xi Jinping, why China has become one of the largest emitters of greenhouse gases and the policies adopted to curb the emission advances. At another time, it will address the measures applied by the United States and Japan in the environmental issue of each one together with the European Union and international organizations, using the United Nations Program (UNEP) as the main one. The research method used in this work is the qualitative methodological approach, since the work proposes to analyze the actions of the People's Republic of China in environmental issues and the pressures suffered by it in international organizations. In addition, the deductive hypothetical method will be used, seeking to create hypotheses and predictions about these hypotheses.

Key-words: Environmental. China. Energy. United States. European Union.

INTRODUÇÃO

O tema abordado no presente trabalho é atual e de extrema importância para a humanidade, visto ser um problema comum entre todos os países. O debate acerca do meio ambiente tem início como pode ser observado em seu marco histórico com o primeiro grande evento. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, sediada em Estocolmo em 1972, liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU), busca-se discutir como equilibrar o crescimento econômico juntamente com o meio ambiente, onde criasse a Declaração de Estocolmo, com 26 princípios e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Mas somente em 1997 se adota o Protocolo de Kyoto, lançado na 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Kyoto (Japão). A comunidade internacional passou a dar tamanha relevância que codificou a temática por meio de um tratado internacional que tem como objetivo a diminuição de gases que causam o efeito estufa.

Com o resultado das Conferências houve a necessidade de trabalhar em conjunto para a diminuição dos gases causadores do efeito estufa visto ser um problema além de suas fronteiras, demonstrando ser um problema em comum. As pessoas como cidadãos começam também a ter preocupações acerca do tema, Mahbubani (2020) coloca que uma das melhores coisas que poderia acontecer seria os astrônomos indicarem um cometa distante com uma rota que pudesse vir a colidir com a Terra, onde não teriam certeza em que continente este corpo cairia. Portanto uma ameaça assim tornaria as 8 bilhões de pessoas que vivem no planeta conscientes de que seus interesses como cidadãos da Terra sobressaem aos interesses nacionais.

Nesse sentido, este trabalho busca analisar se a República Popular da China realmente vem na contramão da preocupação que demais países demonstram com a poluição ambiental, visto que usa em sua maioria o carvão em sua matriz energética além de ser a maior produtora de carvão. A China desde 2005 quando ultrapassou os Estados Unidos da América, está ocupando o primeiro lugar dentre os principais países causadores das emissões dos gases do efeito estufa, responsável por 28% do gás carbônico emitido no mundo.

Ao longo de sua história, a China sofreu com desastres ambientais provocados principalmente por eventos climáticos, tais como inundações secas, tempestades de neve, tempestade de areia. Para agravar a situação,

acentuaram-se os problemas ambientais após 1978, quando o país entrou num período caracterizado por profundas reformas na esfera econômica e política visando o cenário de abertura internacional (ZAGO, 2015).

Com a morte de Mao Tsé-Tung, a China passou por grandes reformas econômicas conduzidas por Deng Xiaoping em sua política das quatro modernizações que levou a China a se afastar do modelo soviético em 1979. Nesse ínterim, a China se torna uma economia de mercado mais aberta, onde consegue sair de um país subdesenvolvido para uma das maiores potências globais.

Durante sua trajetória de ascensão econômica, que tem início ao final da década de 1970 após reformas importantes lideradas por Deng Xiaoping, a China teve como efeito colateral um conjunto de prejuízos ao meio ambiente.(ALBUQUERQUE; LIMA, 2021).

Com essa série de fatores e o desenvolvimento da China em descompasso com o meio ambiente acaba fazendo-a sofrer ataques e pressões de outros atores internacionais para ter uma matriz energética mais limpa. Com esse trabalho busca-se entender quais os problemas encontrados pela China e as dificuldades de se inserir no sistema internacional e quais são essas pressões. Usando de uma linha do tempo tendo início no governo de Mao Tsé-Tung, passando por Deng Xiaoping e do atual presidente chinês Xi Jinping.

Como nosso único planeta habitável enfrenta um grande perigo, será que deveríamos focar nossas diferenças ou em nossas semelhanças? A espécie humana é tida como a mais inteligente da Terra. Esse é o motivo aparente pelo qual nos tornamos a espécie dominante no planeta. Mas agora essa mesma espécie está agindo de forma suicida ao permitir que a mudança climática ganhe impulso sem que haja uma ação conjunta para revertê-la. Em vez disso, estamos discutindo sobre quais países culpar (MAHBUBANI, 2020, p.283).

No decorrer do trabalho será analisada também a política ambiental dos Estados Unidos, dado que este, tornou-se um dos maiores atores críticos do Estado chinês, usando-se da linha do tempo do presidente Barack Obama, Donald Trump e o atual presidente Joe Biden. Adiante serão abordadas as políticas do Japão, visto ser um país com um histórico de relações turbulentas com a China, a União Europeia por ser uma organização supranacional de países desenvolvidos e sendo escolhido o Programa das Nações Unidas (PNUMA) pois é a autoridade ambiental global mais importante que aborda o tema.

O método de pesquisa utilizado no presente trabalho é a abordagem metodológica qualitativa, visto que o trabalho se propõe a analisar as ações da Republica Popular da China nas questões ambientais e as pressões sofridas por

elanas organizações internacionais. Além do mais, será usado o método hipotético dedutivo, o qual busca criar hipóteses onde irá buscar fazer previsões acerca dessas hipóteses.

Visando que o presente trabalho irá pesquisar sobre a política chinesa perante as organizações internacionais, com o intuito de entender suas tomadas de decisões sobre a questão climática e ambiental, a pesquisa é de caráter descritiva e explicativa.

Na questão de como irá ser a coleta de dados para pesquisa, será usada a revisão bibliográfica (em livros, artigos, dissertações de mestrado, teses) em fontes secundárias (jornais e revistas) e documentos oficiais da liderança política chinesa e discursos de autoridades do país.

CAPÍTULO I: A CHINA E A TEMÁTICA AMBIENTAL: ANÁLISE DAS PRESSÕES SOFRIDA POR UMA MATRIZ ENERGÉTICA LIMPA.

1.1 A temática ambiental na agenda internacional

Nosso planeta passa por mudanças climáticas profundas, por onde não deixa apenas vulnerável a uma escassez de suprimentos para a vida humana, mas também pode causar problemas à paz e à segurança internacional. Os problemas causados por essa depravação não atingem apenas um lugar mas respinga indiretamente em todos visto a qualidade do meio diminuindo, dado o exemplo de um derramamento de óleo no mar que causa danos sem respeitar as linhas de fronteiras.

Um exemplo foi ocorrido em março de 1989 onde o navio petroleiro *Exxon Valdez* acidentalmente derramou cerca de 11 milhões de galões (equivalente a 42 toneladas) de petróleo bruto. Como resultado houve drásticos danos a vida marinha, ceifando a vida de mais de 25 mil mamíferos marinhos, dezenas de milhares de peixes, cerca de 250 mil aves marinhas, todavia a empresa foi condenada a pagar cerca de US\$ 1 bilhão por todos os danos. Como dito anteriormente para acidentes como esse não existe linhas de fronteiras, onde podemos ver na imagem a seguir, onde vemos a extensão da mancha do óleo após o acidente com o Exxon Valdez:

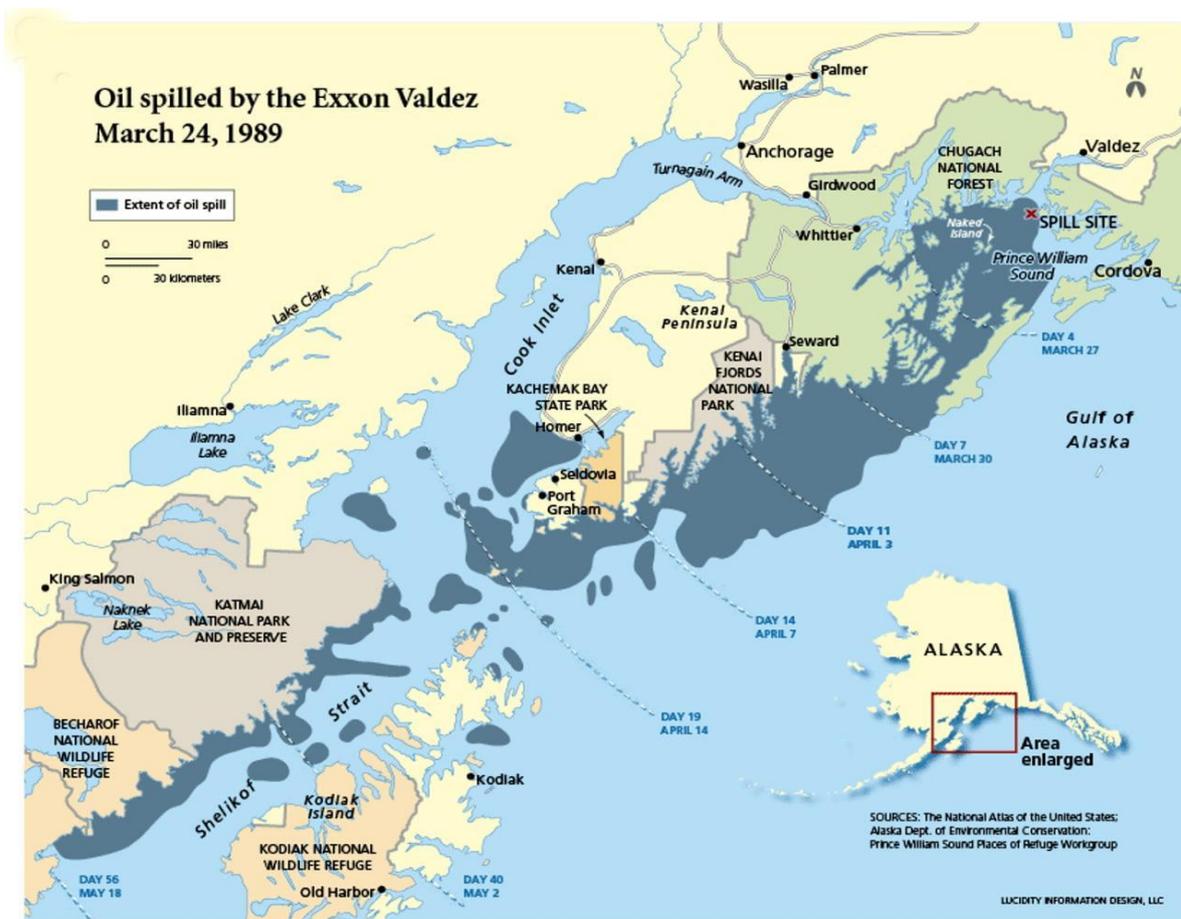


FIGURA 1: Mapa 1 (Fonte: Estadão, 2020).

Não é de hoje que essas questões são debatidas, ha muitas décadas já se era apontado que vivemos em um grande e único ecossistema onde já se observava mudanças decorrentes a industrialização e o estilo de vida que levamos. Segundo Senhoras e Moreira (2008) a preocupação com a regulação do meio ambiente é um fenômeno recente, os primeiros tratados internacionais de proteção da natureza e de regulação da caça de algumas espécies de animais datam do final do século XIX e início do século XX.

É importante analisarmos que em um mundo pós Segunda Guerra e vivenciando a Guerra Fria, é justamente os Estados desenvolvidos à época que emitem que o mundo passava por uma crise ambiental, por motivos políticos e econômicos que entram em pauta. Segundo Fernando Estenssoro (2013) a teoria neomalthusianismo é posta em foco pelas potências ocidentais, essa teoria tem como foco o crescimento populacional e como resultado o mundo chegar a exaustão, essa

explosão demográfica acontece principalmente em países do Terceiro Mundo, outro ponto é a o desejo desses Estados tornarem-se potências, para estudiosos do norte não haveria como pois não teria recursos naturais suficientes para todo mundo viver igual aos países desenvolvidos e é onde vemos políticas públicas de controle de natalidade sendo adotadas e posteriormente essas ideias são aplicadas no Clube de Roma.

Contudo a questão ambiental em si entrou em pauta historicamente na primeira grande conferência, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, tendo como sede Estocolmo, capital da Suécia, entre 5 e 16 de junho de 1972 reunindo 113 países. Nesta conferência foi apontado que o meio ambiente entrava em colapso, afirmando que o mundo passava por uma crise ambiental a nível global e que era preciso agir de forma conjunta. Dessa reunião teve como resultado uma das mais importantes declarações acerca do meio ambiente a Declaração de Estocolmo, a qual possui 26 princípios e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

“O interesse público e científico nas discussões ambientais tornou-se recorrente a partir do segundo quartil do século XX com a profusão de organismos multilaterais como Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Organizações Internacionais Supra Governamentais (OISGs) em um contexto de maior interdependência global econômica e política onde surgem porosidades nas fronteiras nacionais que evidenciam a existência de novas ameaças transnacionais (dentre elas as de caráter ambiental) vis-à-vis apostas em esforços de cooperação internacional” (SENHORA; MOREIRA, 2008).

Os debates acerca do tema ambiental vem ganhando cada vez mais espaço na agenda internacional e não somente em matéria de políticas civis mas também militares, onde vemos uma grande preocupação na questão dos gases poluentes causadores do efeito estufa, questões de soberania e soberania mitigada sendo debatidas em Segurança Ambiental como o aquecimento do Ártico que dará acesso a novas fontes de petróleo e gás natural, o que adiciona uma potencial zona de conflito para Estados-nação com jurisdições sobrepostas (FLORESCU; GLENN, 2015).

A temática ambiental nas Relações Internacionais relaciona-se com a cooperação entre os atores do sistema internacional, a ligação entre ambas as áreas revela também uma perspectiva interessante relativa à necessidade de gestão

coletiva da crise ambiental (PLATIAU; SCHLEICHER; VARELLA, 2004), visto que é um problema causado fora dos limites territoriais, indo além de suas fronteiras sendo preciso realizar uma gestão coletiva contra as crises ambientais.

1.2 Conceito de crises ambientais

Ainda que a soberania seja um elemento constitutivo do Estado, as barreiras ambientais são transfronteiriças e seus efeitos geram consequências para toda a comunidade internacional. É de suma importância o entendimento de o que são essas crises ambientais para encontrar soluções de como articular maneiras de bloquear os avanços da degradação do meio ambiente usando-se de políticas similares entre os Estados e os motivos pelos quais as crises precisam ser combatidas usando de uma gestão coletiva entre os Estados.

Há só uma Terra, mas não só um Mundo. Todos nós dependemos de uma biosfera para conservar nossas vidas. Mesmo assim, cada comunidade, cada país luta pela sobrevivência e pela prosperidade quase sem levar em consideração o impacto que causa sobre os demais (Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum, 1987).

Considere que a realidade que cerca a todos seja uma superposição de duas esferas. Uma denomina-se “Mundo” onde podemos definir como as interações econômicas, sociais e políticas e a outra denomina-se “Terra” o conjunto das coisas naturais ou físicas, com isso a crise ambiental é definida como a desconexão da Terra com o Mundo, portanto é entre o espaço físico (natureza) e pelo espaço construído (cidades, indústrias, etc).

Tanto a Bíblia quanto a economia clássica de Thomas Malthus são exemplos de um estilo de pensamento antropocêntrico que consideraram a Terra como um conjunto de recursos à disposição da sociedade (Platiau, Schleicher e Varella. pág 103). Onde pode-se citar que a natureza segundo Malthus provém recursos finitos para uma população que tende a crescer. Para ele torna-se uma crise quando esse aumento populacional não tem um controle, precisando buscar-se de um equilíbrio. Já usando de um estudo antropocêntrico, onde acredita-se que o ser humano é o centro de tudo e a natureza tudo provê para o homem. Enxerga-se uma necessidade de debates, usando-se como exemplo da primeira grande conferência, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ocorrida em 1972 com 113 países

presentes, e no mesmo ano ocorrendo a publicação do Relatório de Roma chamado de “O Limites do Crescimento” criado pelo Clube de Roma uma Organização Não-governamental (ONG) o qual questiona a expansão do consumo fazendo uma alusão ao estilo de vida do mundo capitalista e industrializado, e também ao modelo adotado para o desenvolvimento dos Estados comunistas. Ao fim percebe-se que os grandes problemas ambientais estão ligados ao crescimento econômico ininterrupto e a exaustão dos recursos naturais.

Um dos problemas na preservação á época de 70 a 80, eram o preservacionismo radical defendido por muitos ambientalistas. Estes apresentavam soluções para a preservação do meio ambiente porem não consideravam uma busca pela modernidade, ao desenvolvimento, o qual acabava impondo restrições ao bem estar humano, em seguida identifica-se um novo debate, o então “desenvolvimento sustentável” termo usado no Relatório da Comissão Brundtland: Nosso Futuro (*Our Common Future* em inglês) publicado em 1987, dessa forma o desenvolvimento sustentável nada mais é do que utilizar os recursos da natureza para o bem estar e desenvolvimento humano sem comprometer a vida das gerações futuras e suas necessidades.

A gênese da cooperação internacional para a preservação do meio ambiente advém da constatação forçada de que a utilização intensiva dos recursos naturais, a poluição da biosfera e as mudanças climáticas do planeta colocaram a humanidade em uma séria crise ecológica de âmbito global (SENHORA; MOREIRA, 2008, p. 50).

Conforme observado, para a resolução de questões ambientais é importante que haja uma gestão coletiva, pois como visto nos parágrafos supracitados, o problema ambiental passa dos limites da fronteira dos Estados. Trata-se de uma crise de escala mundial, que demanda uma gestão coletiva e sua adesão entre os Estados, tendo em vista a notoriedade deste debate para a qualidade da vida humana.

1.3 Organizações Internacionais, Meio ambiente e Tratados

Com o fim da Segunda Grande Guerra, novos debates acerca do meio ambiente foram instaurados, como a poluição por radiação na era nuclear. Desde então muitos relatórios foram idealizados. Em 1972, a Organização das Nações Unidas convoca a histórica Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, como resultado criou-se dezenove princípios, o “Manifesto Ambiental”, para a busca do desenvolvimento sustentável e assim se estabeleceu uma agenda exclusivamente

para se debater sobre o meio ambiente nas Nações Unidas.

Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas... (Trecho da Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, Estocolmo, 1972, parágrafo 6).

Como resultado criou-se o então Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) ainda em 1972, que coordena os trabalhos da Organização das Nações Unidas (ONU) em nome do meio ambiente global. Suas prioridades atuais são os aspectos ambientais das catástrofes e conflitos, a gestão dos ecossistemas, a governança ambiental, as substâncias nocivas, a eficiência dos recursos e as mudanças climáticas.(Nações Unidas 2020). Sendo atualmente a principal Organização Mundial a debater e determinar a agenda internacional sobre o meio ambiente.

Em Abril de 1983 o Secretário Geral da ONU convida a Ex Primeira Ministra da Noruega e médica mestre em saúde pública Gro Harlem Brundtland, para presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Visto que a visão de Brundtland é voltada para o desenvolvimento humano relacionado a assuntos ambientais. Em 1987 a Comissão Brundtland pública o relatório "Nosso Futuro Comum" o qual usou o termo "desenvolvimento sustentável", dessa forma abre se uma porta para novas conferências, como a realizada no Rio de Janeiro em 1992. Ocorreu 20 anos depois da primeira conferência ficando conhecida como Rio-92. Um privilégio para o Brasil já que com essa nova conferência se percebe a notoriedade deste debate visto os países que gostariam de ter sediado como Noruega e Canadá. Estes tinham consciência da importância, pois a relação de meio ambiente e desenvolvimento sustentável estava em evidência.

Segundo o autor Shiguenoli Miyamoto (1991), a quantidade de pessoas previstas para o evento e a cobertura feita pela mídia da época mostravam a importância assumida pela questão ambiental, a Rio-92 contou com a presença de 175 países. Tendo como resultado da conferência a Agenda 21, onde marca uma série de ações prevendo compromisso com a responsabilidade ambiental, visando

uma mudança necessária para os padrões de consumo, prevenindo a proteção dos recursos naturais e um desenvolvimento de tecnologias sustentáveis buscando uma gestão ambiental melhor para os Estados. Outro resultado importante foi a crescente participação das Organizações Não-governamentais (ONGs) pressionando os governantes para uma postura mais sustentável.

A primeira reunião para discutir as mudanças climáticas como pauta principal ocorreu em 1988, em Toronto no Canadá. A chamada 1ª Conferência Climatológica Mundial, a qual contou com cientistas e líderes políticos a fim de discutir as mudanças e concordarem que os causadores do efeito estufa, deveriam ser neutralizados. Nesse encontro, criaram o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) para medir as mudanças climáticas em decorrência das atividades humanas. A conferência ocorreu em Genebra, na Suíça, em 1990 onde está sediada a Organização Meteorológica Mundial, a 2ª Conferência Climatológica Mundial, onde o primeiro relatório do IPCC foi analisado. Notou-se o aumento da temperatura no planeta e observaram uma necessidade de um tratado internacional para o clima, onde é celebrado em 1992 no ECO-92 (Rio de Janeiro).

O Tratado de Quioto, celebrado no Japão, na cidade de Kyoto ocorreu durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, é o mais ambicioso e abrangente Acordo Internacional em matéria ambiental alguma vez negociado. Mesmo sendo um tratado realizado apenas para países industrializados, sendo assinado por 84 países, ele traz consequências em todo o planeta. Nele há compromissos de limitação e redução das emissões de gases de efeito de estufa, sendo o primeiro tratado a mencionar sobre o assunto, onde os países industrializados comprometeram-se a diminuir a emissão de gases poluentes que influenciam no efeito estufa, foi decidido que haveria quatro anos para a implementação no período de 2008 a 2012. Neste protocolo, regulam-se seis gases do efeito estufa, sendo eles dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonetos (HFCs), perfluorcarbonetos (PFCs) e hexafluoro sulfúrico (SF₆).

Em 2001 o maior emissor de gases do efeito estufa, os Estados Unidos da América (EUA) abandonaram o protocolo com uma justificativa de que adotando as metas estabelecidas por este colocariam em perigo o seu desenvolvimento econômico. Segundo Andrea Steiner (2011), dá-se a entender que mesmo sendo um protocolo

histórico, e tendo objetivos benéficos para o mundo e a qualidade do ar, muitos dos países desenvolvidos assinaram o protocolo mas não o seguiram, ficando à sombra de seus desenvolvimentos econômicos o que vem de encontro com suas pressões significativas para a China adotar uma matriz energética limpa.

Na perspectiva da sustentabilidade ambiental, o tipo de processo econômico que importa é aquele que produz bens e serviços levando em conta simultaneamente todos os custos (ou males) que lhes são inevitavelmente associados. Todavia, na compreensão econômica usual (...), tem-se em vista apenas a geração de benefícios pelas atividades produtivas. Os custos normalmente considerados são os internos a essas atividades, ou seja, os que dizem respeito à sua contabilidade interna (custos ditos privados) – outros custos, como os da destruição de uma paisagem bela ou da extinção de uma espécie, constituem externalidades que se excluem do cálculo econômico (CAVALCANTI, 2004).

Em 2007 os debates acerca das mudanças climáticas foram levados para o Conselho de Segurança da ONU (CSNU), dando um novo patamar a essas discussões que já eram feitas há mais de 30 anos. A questão foi levada pelo Reino Unido pedindo que fosse convocada a primeira reunião sobre mudanças climáticas a ser realizada por essa instituição, inserindo a questão no âmbito da segurança ambiental global. (Steiner 2009). Desde então o CSNU assegura que os problemas das crises ambientais tornam as mudanças climáticas, um problema de paz e segurança dos Estados.

O foco do Conselho de Segurança da ONU na relação meio ambiente, segurança e desenvolvimento está aumentando, já que vários países estão pedindo que as mudanças climáticas sejam tratadas como uma ameaça à segurança global, com questões que vão desde a perda de meios de subsistência e exploração ilegal de minerais aos impactos das mudanças climáticas na soberania nacional. O relatório do Secretário-Geral da ONU sobre "Mudanças Climáticas e suas possíveis implicações para a segurança" (Nações Unidas, 2009a), o Conselho de Segurança (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2011) e a maioria das organizações de segurança destacam os efeitos multiplicadores de ameaças potenciais das condições ambientais (FLORESCU; GLENN, 2015). Tradução nossa.¹

Outro encontro importante foi o da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015 (COP21) realizada em Paris, na França, tendo um

¹ The UN Security Council's focus on the relationship between environment, security and development is increasing, as several countries are calling for climate change to be treated as a threat to global security, with issues ranging from loss of livelihoods and illegal exploitation of minerals to the impacts of climate change on national sovereignty. The UN Secretary-General's report on "Climate Change and its Potential Security Implications" (United Nations, 2009a), the Security Council (United Nations Security Council, 2011) and most security organizations highlight the multiplier effects of potential threats from environmental conditions (FLORESCU; GLENN, 2015).

acordo histórico acerca do clima após o Protocolo de Quioto. O Acordo de Paris foi discutido entre 195 países, entrou em vigor em 2016, sendo ratificado por 147 países, com o objetivo de substituir o Protocolo de Quioto em 2020. Este visou uma diminuição da emissão de gases do efeito estufa e assim vimos o começo de uma cooperação um tanto quanto controversa entre China e EUA, duas grandes potências e maiores emissores de gases poluentes do efeito estufa. Essa temática será discutida ao decorrer deste trabalho.

Um dado interessante é que somente em 2021 o Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU colocou o meio ambiente em questão, reconhecendo que ter o meio ambiente limpo, saudável e sustentável é um direito humano. Após 30 anos de discussões essa pauta foi a votação havendo 43 votos a favor e 4 abstenções sendo elas China, Índia, Japão e Rússia. Contudo o CDH identifica e aceita que as mudanças drásticas no clima e a degradação não natural do meio ambiente causa danos em milhares de pessoas ao redor do mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) no qual 24% das mortes no mundo são decorrentes da grande exposição a químicos e a poluição do ar.

Essa pauta se torna extremamente importante, preocupante é obrigatória em reuniões internacionais, estamos discutindo sobre qualidade de vida do mundo todo, onde muitas das pessoas que lutam pela causa e exigem mudanças drásticas são perseguidas e mortas. Consequentemente torna-se um assunto formalmente instalado na Agenda Internacional e há 40 anos é o tema mais discutido nas reuniões. Assim como outros problemas, as mudanças climáticas afetam mais aqueles com maior vulnerabilidade, e acirram desigualdades sociais. Não obstante tenha efeitos para todos os países.

CAPÍTULO 2: A CHINA – SOBERANIA VERSUS MEIO AMBIENTE

A história da China demanda maior conhecimento, não obstante seja uma civilização antiga fascinante, reconhecida por ser uma história milenar, passando por diversas dinastias que foram importantes para sua evolução. Importante ressaltar que durante o ano 1 até 1820 as duas maiores economias do mundo eram da China e Índia e apenas nos últimos duzentos anos foram superadas pelos Estados europeus juntamente com os Estados Unidos (MAHBUBANI, 2020). Até a década de 20 a China ainda era um país rural, onde estima-se que cerca de 80% da população ainda vivia em aldeias, com mínimo acesso a informações, sobre novas tecnologias.

Neste capítulo serão abordadas as políticas chinesas a partir da criação da República Popular da China (RPC). Os comunistas chegaram poder após uma China que foi deixada para trás, com crises econômicas e perdas de território e, a atual China que se reergueu e surge como um importante ator internacional. Analisaremos também, o crescimento em descompasso com o meio ambiente, além de abordar o conceito de soberania.

2.1 O crescimento Chinês à revelia do meio ambiente

Em 1921 surge o Partido Comunista Chinês (PCC) o qual, dirigia uma espécie de governo paralelo e uma ordem social alternativa mais ou menos alinhados com o movimento comunista mundial (Kissinger, 2011), visto que se encontrava uma China liderada por governantes regionais e comandantes militares.

Neste contexto da Segunda Guerra Mundial, a China tinha como maior perigo o Japão, visto que em outros conflitos já havia perdido territórios para tal. A Segunda guerra Sino-Japonesa foi uma das mais sangrentas, a qual historiadores enfatizam a extrema violência do exército japonês, que mesmo com as resistências dos nacionalistas juntamente com os comunistas não demonstrava muita eficácia. Destacando o que ficou conhecido como o Grande Estupro de Nanquim, onde aproximadamente 300 mil chineses foram mortos e 20 mil chinesas estupradas. Os japoneses, para além da prática do estupro, também tinham por hábito recrutar

mulheres só para a prostituição, as chamadas “mulheres de conforto” (GUEDES, 2019). Com a China participando do grupo dos Aliados, durante a Segunda Guerra virou uma oposição também do grupo ao Japão o qual em 1945 se rende.

No mapa a seguir mostra a região ocupada pelo Japão situada na China:

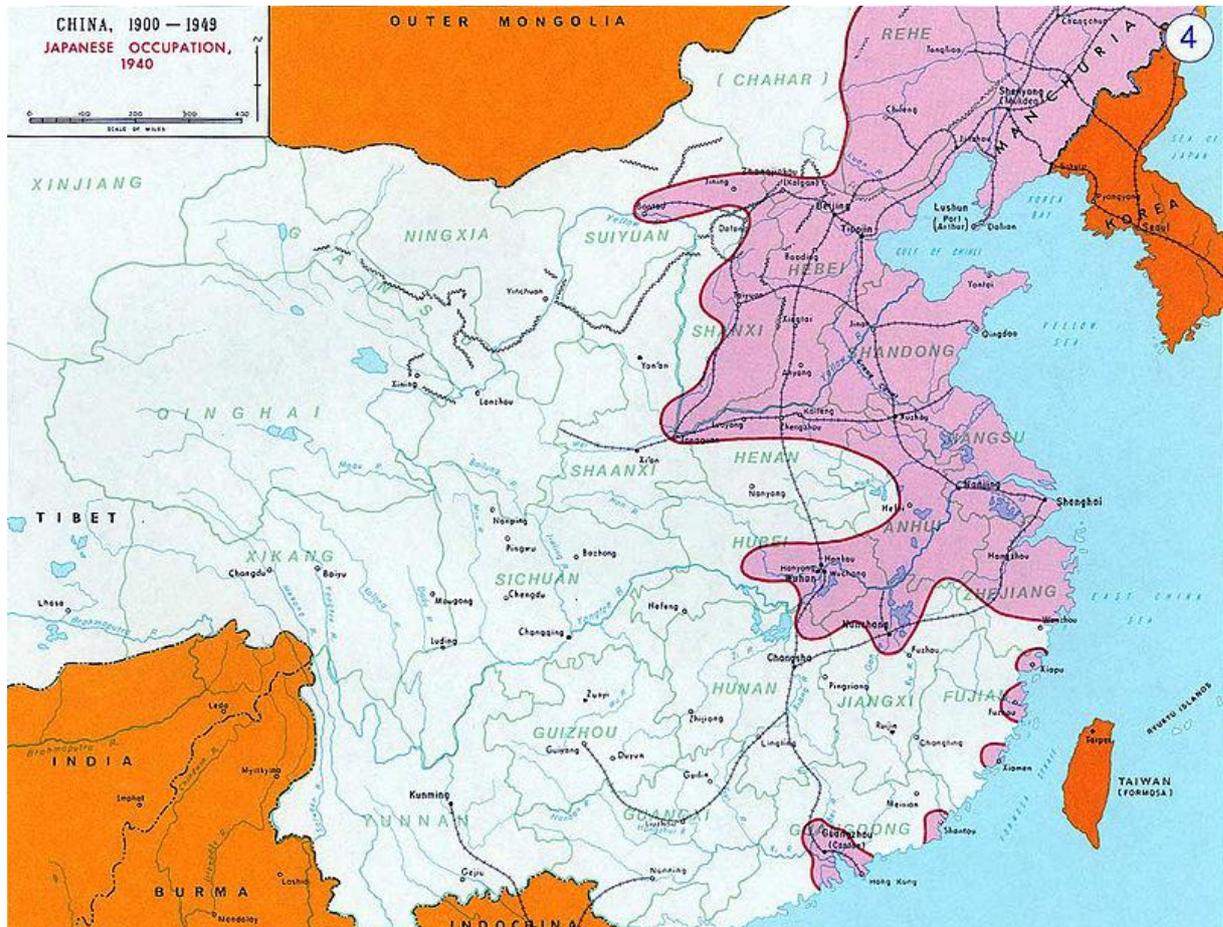


FIGURA 2: Mapa 2 (Fonte: Google imagens).

Com a rendição do Japão, a China se encontrava devastada tanto economicamente como politicamente, com uma larga extensão de perdas de território como visto no mapa anterior, e no seu meio ambiente. Guerras causam grandes impactos ambientais, tanto para o Estado que está sendo atacado como para os que atacam, pois muito antes de começar o conflito já se entende o impacto visto o uso de recursos naturais para se ter um exército e sustentá-lo, usa-se como hidrocarbonetos, metais e água, outro ponto são os veículos militares que muitos usam de queima de energia fóssil. Para o Estado que é invadido e atacado os problemas com o meio ambiente são maiores desde suas paisagens com os veículos militares passando por cima e seus recursos naturais sendo o maior foco para o ataque, criando um grande colapso na sociedade.

Com isso a China divide-se em seus ideais, os nacionalistas de um lado e os comunistas de outro. Após vinte e dois anos de uma guerra civil, o Partido Comunista ascende ao poder liderado por Mao Tse-tung que declara o surgimento da República Popular da China.

(...) Agora, a Guerra de Libertação Popular está praticamente ganha, e a maioria da população no país está livre. Sob tal fundamento, a primeira sessão da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, composta por delegados de todos os partidos democráticos e de organizações populares da China, pelo Exército de Libertação Popular, as diversas regiões e nacionalidades do país, além dos patriotas chineses no exterior e outros elementos, foi convocada. Representando o desejo de toda a nação, [esta sessão da conferência] promulgou a Lei Orgânica do Governo Popular Central da República Popular da China, elegeu Mao Tse Tung presidente do Governo Popular Central (...) (Excerto do discurso de Mao Tse-Tung na proclamação da República Popular da China. History Today, ibibem).

Como um dos primeiros atos mais importantes de Mao Tsé-Tung para a política externa é sua viagem a Moscou em 1949, no intuito de buscar uma aliança com o bloco soviético. Mas na verdade veio a ser como colocado por Kissinger (2011) inaugurou uma série de ações que iriam culminar na transformação da esperada aliança em uma diplomacia triangular, pela qual os Estados Unidos, a China e a União Soviética fizeram suas manobras, ora se aliando, ora atuando uns contra os outros. Os objetivos de Mao são a implementação de políticas públicas voltadas para uma reforma que ficou conhecida como “O Grande Salto adiante”, com isso ele fecha a China para o mundo, com o propósito de buscar o crescimento usando de políticas públicas, com isso foi investido nas indústrias de base e fazendo uma coletividade nas propriedades rurais. Como resultado nesta reunião aborda que necessitava de alguns anos de paz para a China conseguir estabilizar a economia. Contudo, menos de um ano após a viagem de Mao, os Estados Unidos e a China estariam em guerra (Kissinger, 2011).

Mao adicionou uma nova dimensão para a política do poder, uma da qual eu não conheço precedentes. Longe de buscar o apoio de uma ou outra superpotência — como a tradicional teoria do equilíbrio de poder teria aconselhado —, ele explorou o medo que soviéticos e americanos nutriam um em relação ao outro desafiando ambos os rivais simultaneamente (Kissinger, 2011).

É importante salientar que o comunismo asiático é diferente do comunismo que conhecemos no mundo ocidental, tanto que o partido comunista chinês tinha apoio da URSS, porém visto todos os territórios que também foram perdidos para o bloco soviético e percebe-se que Stalin não tinha muito interesse em ajudar a China se reerguer mesmo havendo uma busca de conselhos, como em 1952 quando Zhou

vai a Moscou. Interessante destacar também as diferenças atuais, visto que a China é um país menos repressivo do que foi a URSS em relação aos seus cidadãos. A URSS não permitia seus habitantes a fazerem viagens internacionais com o temor de voltarem com ideias contrárias às suas. Em contrapartida a China atual permite que seus cidadãos viagem livremente. Outro ponto é os estudantes estudarem fora, a China envia milhares de estudantes para os EUA, para aperfeiçoar suas pesquisas, coisa que também era temida pela URSS.(MAHBUBANI 2020)

Voltando ao tema 1955 em um de seus discursos Mao fala sobre a diferença econômica entre China e URSS, onde coloca os desafios enormes que a China enfrentou, citando as guerras revolucionárias até a chegada ao poder, a população sendo mais numerosa e sendo mais capaz de chegar ao socialismo. Em outro discurso ele coloca que o modelo chinês é superior aos soviéticos. Como resultado há um choque ideológico, o que acaba por afetar o governo de Khrushchev, que chegou ao poder da URSS com a morte de Stalin.

Khrushchev fez algumas propostas para Mao, como a de construir uma estação de rádio chinesa para se comunicar com os submarinos soviéticos e assim ajudar nas construções de submarinos, porém em troca usaria dos portos chineses. Outra proposta fora que a China teria acesso às bases situadas no oceano Ártico também em troca dos portos chineses, ambas propostas foram negadas com veemência por Mao usando de críticas sobre bases militares em territórios de outros Estados (KISSINGER, 2011), visto que a China passou anos com estrangeiros em seu território e que nunca mais permitiria algo assim.

E os impactos da Revolução de 1949 são também fundamentais para explicar a trajetória futura da China. A revolução varre do solo chinês as forças responsáveis pelo atraso, paralisia e pelas tendências desagregadores do país. São eliminados os restos das antigas burocracias civis e militares que sobreviveram à queda do império, os proprietários de terras parasitários que viviam de rendas e as camadas burguesas ligadas ao comércio exterior, criadas com a ocupação de regiões do país por potências estrangeiras (OLIVEIRA, 2005, p. 4).

As relações da China com os Estados Unidos vem de alguns conflitos, sendo um deles um assunto sensível até aos dias de hoje. A independência de Taiwan ocorre em 1949, como resultado da guerra civil chinesa entre a forças nacionalistas contra o partido comunista como já descrito no capítulo, o líder dos nacionalistas Chiang Kai-shek se refugiou na ilha após a derrota e, lá os opositores formaram uma espécie de governo paralelo. As autoridades de Taiwan afirmavam que na verdadeira República da China, ambos os lados na China concordavam que Taiwan e o continente eram

parte da mesma entidade política. A discordância era sobre que governo chinês era o soberano de direito (Kissinger). A China vê a ilha como uma província rebelde e na época os EUA começaram a tratar as autoridades como governo legítimo de Taiwan e com isso as relações se tornaram mais frágeis.

Em 1954 há a Conferência de Genebra, debates acerca da primeira guerra do Vietnã, contudo China e Estados Unidos concordam em manter (relutantemente) contatos mediante funcionários consulares sediados em Genebra, criando uma espécie de rede de segurança, mas na verdade ambos os lados não levavam tão a sério os acordos firmados, visto até quando Dulles nega o aperto de mão ao primeiro ministro da China Zhou Enlai.

Apenas dois acordos resultaram dessas discussões. O primeiro era processual: elevar os contatos existentes em Genebra, que haviam sido mantidos em nível consular, à categoria de embaixadores. (O significado desse cargo diplomático é que embaixadores são tecnicamente representantes pessoais de seu chefe de Estado e presumivelmente contam com maior liberdade de ação e influência.) Isso serviu apenas para institucionalizar a paralisia. Cento e trinta e seis reuniões foram feitas durante um período de 16 anos, de 1955 a 1971, entre os embaixadores norte-americanos e chineses locais (a maior parte delas em Varsóvia, que se tornou o palco das conversas em 1958). O único acordo substantivo alcançado veio em setembro de 1955, quando China e Estados Unidos permitiram que os cidadãos aprisionados em seus respectivos países devido à guerra civil voltassem para casa (KISSINGER, 2011).

Com as relações extremamente estremecidas, os EUA então buscam que a China renuncie ao uso da força, na década de 1960 fica mais claro, a política exterior americana em relação a qualquer outro país foi submetida a uma condição tão rígida para a negociação quanto uma renúncia cabal do uso da força (Kissinger, 2011). Como resultado, os Estados Unidos usa como razão o uso da força contra Taiwan, rebaixam os acordos em Genebra, trocando a conversa entre embaixadores para primeiro secretário. Com isto a China retira sua delegação e dá-se o diálogo entre os Estados como suspenso.

Como resultado desse fechamento da política externa a China começa uma industrialização desenfreada com políticas públicas em descompasso com o meio ambiente, usando do carvão não apenas em suas usinas de energia visto que é um elemento que tinha em abundância, barato e de boa qualidade, era usado também nas casas das famílias para se manterem aquecidos e cozinhar. Não podemos dizer que não se pensou no meio ambiente nesse momento, mas sim pela rapidez que gostariam que acontecesse essa modernização. Entre um desenvolvimento econômico com degradação do ambiente ou um subdesenvolvimento com o meio

ambiente preservado, onde a maior parte do século 20 foi feita a escolha da primeira opção. Bom salientar que em nenhum momento da história os países hoje que estão desenvolvidos e mais avançados se industrializaram em compasso com o meio ambiente, os Estados Unidos e a Europa contribuíram muito para o que estamos vivendo nos dias atuais, desde suas revoluções (1850) há emissões de dióxido de carbono.

Mas é com a morte de Mao e a ascensão de Deng Xiaoping na década de 1970 que vemos pela primeira vez uma preocupação com o meio ambiente, mas não apenas por ele e sim por algumas restrições que poderiam atrasar mais a China, visto que agora com políticas de portas abertas para o mundo (CORRÊA, 2015).

Mao destruiu a China tradicional e deixou os entulhos como blocos de construção para uma modernização completa. Deng teve a coragem de basear a modernização na iniciativa e resistência dos chineses individualmente. Ele aboliu as comunas e promoveu a autonomia nas províncias para introduzir o que chamou de “socialismo com características chinesas”. A China de hoje — com a segunda maior economia mundial e o mais amplo volume de reservas em moeda estrangeira, e com inúmeras cidades exibindo orgulhosos arranha-céus mais elevados que o Empire State Building — é um testemunho da visão, da tenacidade e do bom senso de Deng (KISSINGER, 2011).

Deng Xiaoping foi um dos mais importantes líderes da República Popular da China, passando por diversos atritos com Mao durante sua vida política, Deng abre o país para o mundo e com um novo plano de industrialização, voltada agora para a indústria leve e a expansão da agricultura. Uma das principais influências para tal reforma foi justamente o meio ambiente, com a necessidade de aumentar as exportações de manufaturas com a nova política de portas abertas havia uma busca por um desenvolvimento sustentável (CORRÊA, 2015), a fim de evitar restrições. Essa abertura motivou estudantes chineses a irem para o exterior buscando mais sobre a modernização para trazer a China (KISSINGER, 2011).

Com essas novas políticas o PIB da China teve um significativo aumento impulsionado pela industrialização e o processo de urbanização, visto que sua população em maioria ainda vivia em pequenas cidades. A política econômica, da era Deng Xiaoping, passou a ter como foco o crescimento econômico sustentável (sem nenhum caráter ambiental), visando legitimar o Partido Comunista Chinês (PCC) no poder (CORRÊA, 2015). Como dito anteriormente a China volta para o cenário como uma das maiores economias do mundo, visto o gráfico a seguir:

Percentual do PIB mundial (em termos de PPC)

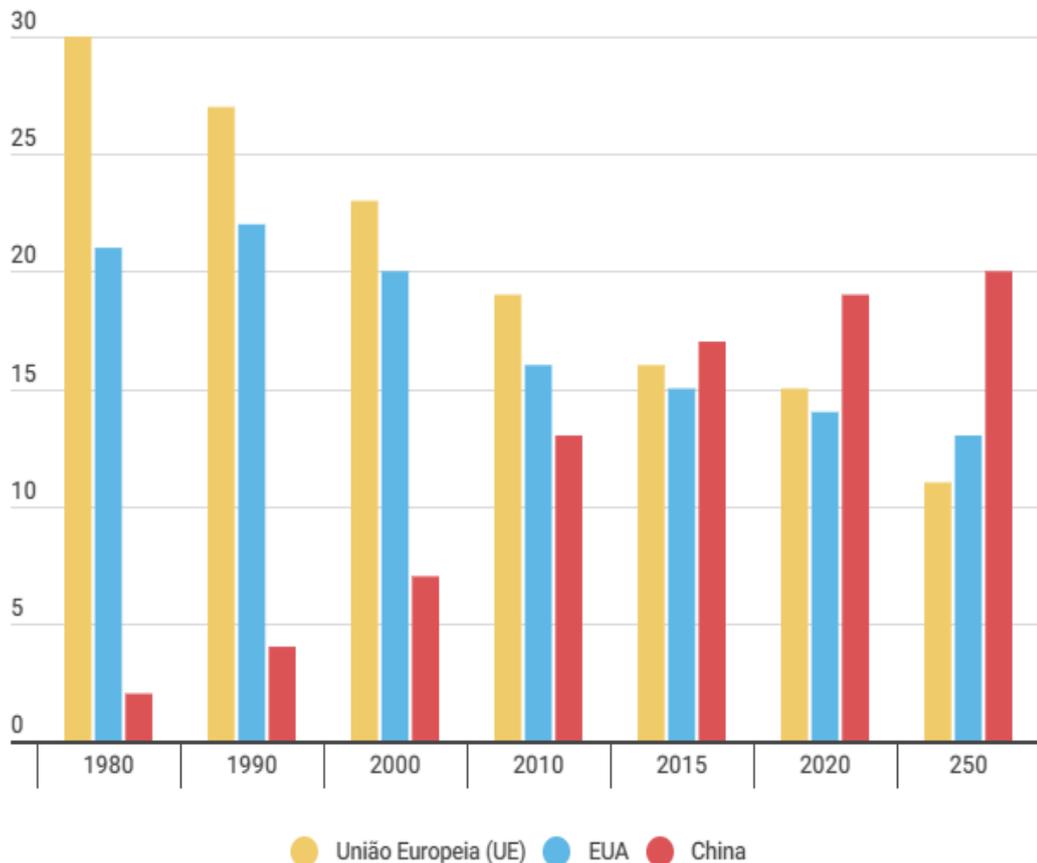


GRÁFICO 1: Percentual do PIB mundial (em termos de PPC). (Fonte: dados coletados no Banco de dados do FMI, retirado do livro “A China venceu?” de Kishore Mahbubani).

Vemos uma melhoria no padrão de consumo dos chineses, visto que os grandes setores de construção civil e tecnologia surgiram. É com as políticas de Deng Xiaoping que vemos um salto na economia chinesa, onde a ciência e tecnologia se tornam importantes. Durante os anos em que Deng esteve no poder começamos a ver uma China mais aberta em relação às organizações, mas não apenas as do sistema ONU, as quais tinha duras críticas, mas também aos Tratados de Não-Proliferação Nuclear, ao Banco Mundial, ao FMI (Fundo Monetário Internacional) (BANDER, 2016).

Na tabela a seguir lista a criação de órgãos e leis visando a proteção ambiental:

Tabela 1: Criação de órgãos e leis de proteção ambiental

1979	Lei de Proteção Ambiental – tratava da poluição atmosférica, da água e resíduos sólidos; criação do Sistema de Avaliação do Impacto Ambiental.
1984	Criação da Agência de Proteção Ambiental Nacional (NEPA) – responsável pela coordenação de atividades ambientais entre os ministérios.
1987	Lei de Prevenção da Poluição Atmosférica e do Controle da República Popular da China – regras para o controle da poluição
1989	Lei da Proteção Ambiental – coordenação da proteção ambiental; prevenção da poluição; responsabilidade do poluidor; importância da gestão ambiental.

(Fonte: FERREIRA, 2012, apud RODRIGUES, 2013).

No próximo subcapítulo será abordado o tema da soberania e logo discutirá sobre as importantes decisões de Deng e do legado de Mao nos dias atuais com Xi Jinping no poder acerca do meio ambiente, onde se tem uma China bem à frente em suas políticas ambientais.

2.2 A soberania e sua relativização

A fim de entender o significado de soberania deve-se entender o contexto em que se aplica, o momento histórico definirá seu conceito, observando os valores culturais e sociais da época. Por tanto precisa-se de um estudo histórico visto as mudanças que ocorreram nas sociedades.

Para entender a soberania e sua relativização a qual se conhece hoje, deve-se ter como princípio o fim da Idade Média com os Tratados de Paz de Vestfália, onde cria-se um novo tipo de Estado, o Estado Moderno, sua principal característica é a soberania. Ao contrário da Idade Média onde os monarcas já possuíam o poder e com grande influência da Igreja Católica em suas decisões, quando passasse a ter o Estado Moderno com os Tratados, visto que foi criado no fim da Guerra dos Trinta Anos, em 1648, tendo três princípios fundamentais: a) o princípio da liberdade religiosa dos Estados; b) o princípio da soberania dos Estados; c) o princípio da igualdade entre os Estados. (COLOMBO, 2008). Segundo Gerson de Brito Mello

(2008), a Paz de Vestfália a consagrou "o reconhecimento oficial da ideia de uma sociedade internacional integrada por Estados iguais e soberanos".

Um ponto importante é a origem do poder soberano, tendo duas teorias aplicáveis, a teocracia e a democrática. A teoria teocrática se vê na Idade Média, mais precisamente em seu final, onde já se via uma soberania do Estado ser um elemento importante, em suma essa teoria tem sua base em Deus, onde o poder vem Dele como todas as coisas na Terra. Já as teorias democráticas tem como base o povo, por onde vem deles a soberania, visto que foi falado no início deste capítulo é importante saber o contexto histórico que é aplicado, como em primeiro momento tem se a soberania do povo mesmo os de fora do Estado, já em contexto de Revolução Francesa passa a ter título de soberania a nação, e por último vemos a ascensão do Estado como poder soberano.

A afirmação da soberania como um direito requer que seu titular seja uma pessoa jurídica, e o povo, mesmo concebido como nação, apenas participa do Estado, sendo um dos elementos formadores da sua vontade. Desta forma, o Estado como titular da soberania, mantém as ideias democráticas de universalização do sufrágio e, sobretudo, afirma a supremacia deste sobre todos os outros grupos sociais, seja interno (igreja, escola, família), seja externo (sociedade internacional) (COLOMBO, 2008).

Atualmente a soberania exercida pelos Estados é mais presente na sociedade internacional, como coloca Silvana Colombo (2008), apesar dos Estados sofrerem pressões para conduzir a integração internacional, usa-se desta soberania para assegurar a jurisdição sobre um território exclusivamente.

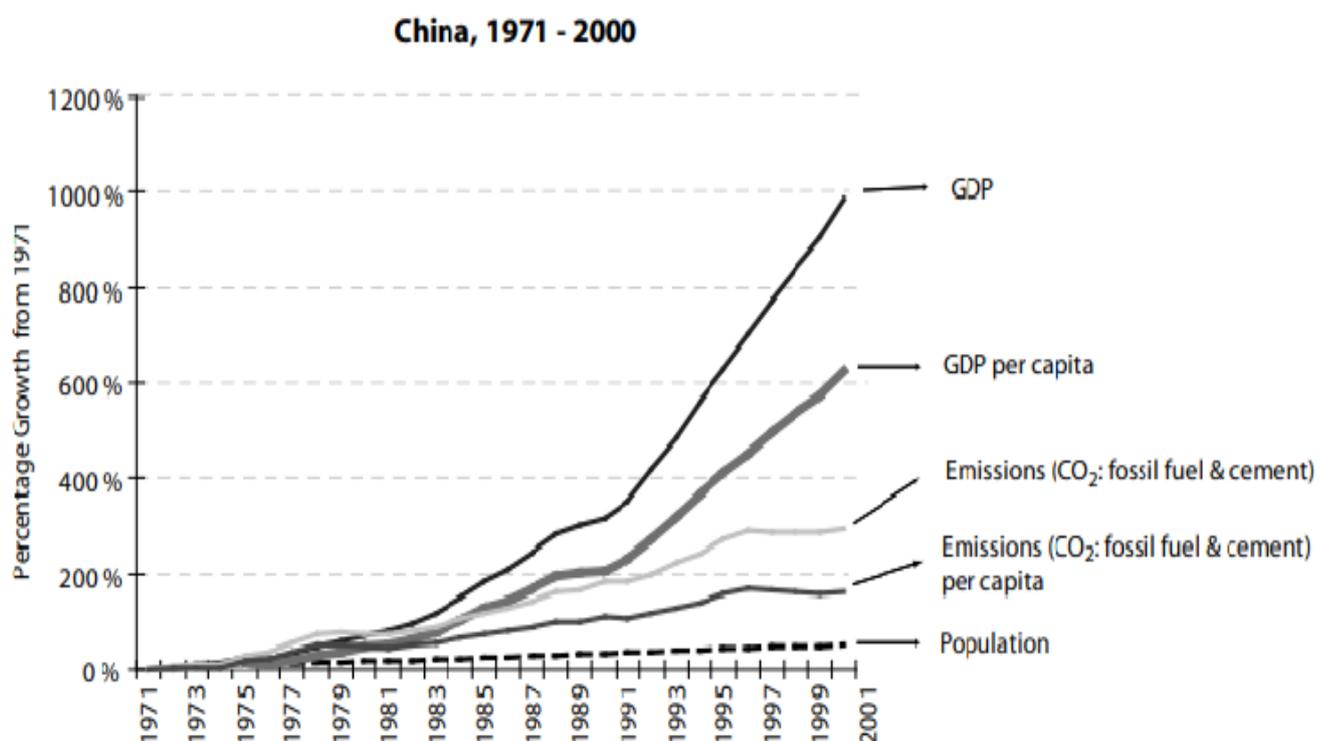
2.3 A soberania chinesa versus o meio ambiente

A China passa por grandes reformas em suas políticas quando o mundo passava por um momento pós II Guerra Mundial, o mundo dividido em dois grandes blocos, os EUA (Estados Unidos da América) sendo o representante do ocidente visto o modelo de sistema capitalista e a grande União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a qual representava o bloco do leste europeu com o modelo de sistema socialista. E é nesse contexto que se tem a Revolução Chinesa e emergindo a República Popular da China como já mencionado, lembrando que em 1949 se tinha uma China devastada em todos os âmbitos e a busca de uma industrialização rápida acabou deixando o meio ambiente a parte de seus debates.

Com o cenário chinês mudando constantemente com novas políticas, com os fechamentos e aberturas de sua política externa, temos atualmente uma China desenvolvida, avançada tecnologicamente e cientificamente, tendo um papel importante por suas indústrias no cenário econômico. Com Xi Jinping chegando no poder em 2012, as novas ideias dele refletem mudanças maciças no lugar da China no sistema internacional, sua força econômica, política e militar e a expectativa da China de que o sistema internacional iria e deveria acomodar essa China transformada (BANDER, 2016).

É importante salientar que em 2005 a China já estava chegando ao topo da lista dos mais poluentes, superada apenas pelos Estados Unidos, na época sua população contava com 1,3 bilhões de habitantes. O rápido crescimento econômico e a matriz energética da China, que sofre de ineficiência, escassez de energia e forte dependência do carvão (BJORKUM, 2005), contribuem para o aumento da poluição. Visto já uma projeção que passaria para o topo, pois vê-se um salto de 1971 a 2001, como mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 2: Salto nos níveis de poluição na China.



(Fonte: China in the International Politics of Climate Change. 2005)

A China em 1993 entrou com um pedido para sediar as Olimpíadas, tendo este pedido negado pelo comitê, e entre os motivos estava a poluição desenfreada, o qual não queria ter vínculo visto ser um evento de grande porte e sua marca ser associada ao sucesso. Cabe ressaltar que a questão ambiental passou a ser uma das prioridades do COI₃, a partir de 1994, quando da realização do Congresso Olímpico, ocorrido no Centenário dos Jogos Olímpicos, em Paris onde ficou estabelecido que, “depois do esporte e da cultura, o meio ambiente é a terceira área mais importante do movimento olímpico” (MATIAS, 2008). Mas em 2001 é aceita para os jogos de 2008, visando uma Olimpíada Verde”. Porém em 2006 a China ultrapassa os EUA e entra para o topo da lista de países com maior porcentagem de emissão dos gases do efeito estufa, emitido 6,2 bilhões de toneladas de CO₂ (Folha de S.Paulo, 2022) que é o principal responsável pelo aquecimento global tendo um aumento significativo de 8,7% em comparação ao ano anterior (ABRAC, 2007).

Em 2008, com as Olimpíadas tendo Pequim como sede, temos o mundo de olho na China e na questão ambiental do país, noticiários da época focando em como lidariam com este assunto. Atletas como o etíope Haile Gebrselassie, na época anunciou que não iria correr na maratona pelos níveis de poluição do ar. Como resultado das pressões o governo lançou uma campanha e medidas políticas chamada “*Sky Blue*”, onde mediam todos os dias os níveis de poluição no ar para determinar se os céus sobre a capital nacional podem ser designados azuis (NEW YORK TIMES, 2008) em vista disso muitas fábricas foram fechadas por um determinado período.



FIGURA 3: Céu de Pequim em 2017 (Fonte: *The New York Times*).

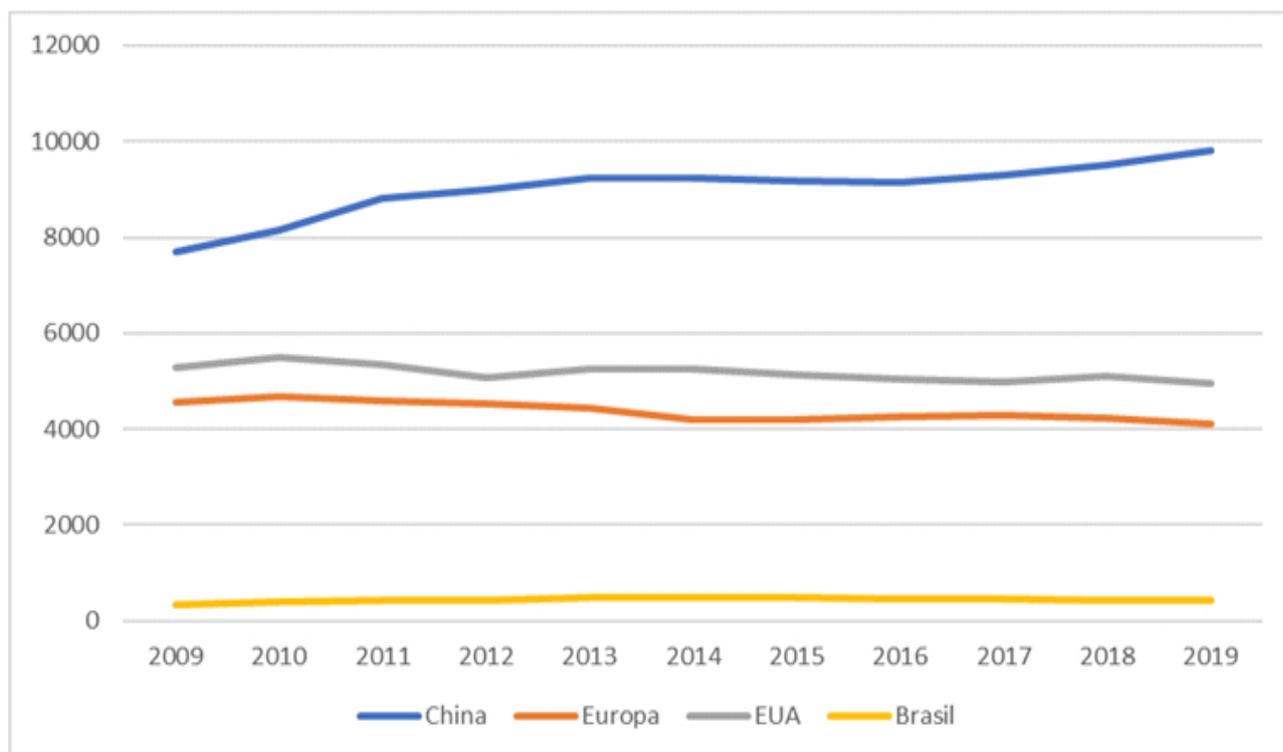
Com a ascensão do presidente Xi Jinping ao poder, se vê uma preocupação maior na área do meio ambiente, trazendo ideias inovadoras acerca dos governos anteriores ao seu, a China que ele assumiu já era a segunda maior economia do mundo, era o maior país comercial do mundo. Uma potência exportadora, acumulou vários trilhões de dólares em reservas cambiais. Foi o maior alvo de investimento estrangeiro direto fora dos Estados Unidos e a fonte de crescimento mais rápido de investimento direto no exterior (BANDER, 2016). Como resultado desse alto crescimento em duas décadas foi também a maior produtora mundial dos gases do efeito estufa.

(Xi) emergiu das experiências de privilégio e sofrimento com uma fé firme na necessidade de um forte Partido Comunista para governar a China, uma aversão ao caos e à instabilidade social, um compromisso com o crescimento econômico da China baseado na aceitação do papel dos mercados, e exigir respeito pela China internacionalmente.

O presidente Xi Jinping é referido corretamente como Lingxiu, uma palavra chinesa para um líder lendário e usada para o presidente Mao Tsé-Tung. Xi Jinping é um líder visionário cuja filosofia inspira qualquer um que se esforce pela harmonia da mente e pelo humanismo (ABID ALI, 2022, p.132). Com isto vemos a importância do atual presidente chinês e sua postura frente ao meio ambiente, entretanto muitas políticas ainda devem ser feitas, a China segue liderando com uma certa “vantagem”

a lista dos mais poluentes, como pode-se ver no gráfico a seguir:

GRÁFICO 3: Níveis de poluição entre Brasil, China, Europa e Estados Unidos.



(Fonte: *Sunset Energia*).

Visto o grande crescimento juntamente com o aumento populacional nas áreas urbanas, se vê conseqüentemente um aumento também no consumo de energia e mais carros nas vias, tendo como consequência a geração de gases poluentes na atmosfera. Portanto torna-se um problema não apenas ambiental, mas caso de saúde humana. Logo, o tamanho do país e o seu contingente populacional somados à sua velocidade de crescimento tornam os impactos ambientais de grande relevância (FERREIRA, 2012). Como resultado desses fatores citados se vê novamente uma maior preocupação em como controlar as emissões de gases e seguir com um crescimento limpo. Ainda que o objetivo central seja voltado aos interesses econômicos, a vulnerabilidade do país às mudanças climáticas tem chamado cada vez mais atenção do governo chinês, fazendo que as mudanças climáticas sejam cada vez mais percebidas como ameaça potencial aos interesses nacionais (HEGGELUND; ANDRESEN; BUAN, 2010, apud, MOREIRA; RIBERIRO, 2016).

Segundo o Instituto de Política de Energia da Universidade de Chicago (EPIC) de 2013 a 2020 a poluição do ar na China melhorou nas áreas mais populosas de 21% a 42%. No entanto, a matriz energética segue usando em sua maioria o carvão, o que acaba preocupando, pois a demanda de energia aumenta cerca de 60% entre 2015 e 2030 no cenário das políticas alternativas (SCHIRMER; FROTA, 2018). No cenário de políticas alternativas, o conjunto de políticas que o governo chinês pretende colocar em prática permitiria reduzir o consumo de energia primária do país em 15% até 2030 em relação ao consumo projetado (FAVENNEC, 2007, apud, SCHIRMER; FROTA, 2018).

A China adotou uma “herança” da antiga URSS, o Plano Quinquenal, o qual visa o desenvolvimento econômico e social a médio prazo. Portanto são elaborados pelo Estado chinês que proporcionam diretrizes, estratégias e políticas de desenvolvimento nacional para o país durante o período de cinco anos (UNGARETTI, 2021). Foi no 11º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico Nacional (2006 a 2010) que a redução da intensidade energética ganhou prioridade, a meta estipulada foi de 20%. Em 2011 o Conselho de Estado chinês anunciou que a meta foi atingida (SCHUTTE; DEBONE, 2016).

Relatório da Climate Policy Initiative (2012) estima que a economia energética com a redução da intensidade no período entre 2006 e 2010 foi equivalente a 630 milhões de toneladas de carvão. Para base de comparação, esta quantidade equivale a 64% do total consumo de carvão nos EUA, no ano de 2010 (BP, 2015). Além disso, o relatório apontou que, com esta redução a emissão em 1.550 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) (SCHUTTE; DEBONE 2016).

Porém até 2014, que o carvão seguia sendo disparadamente sua maior produtora de energia, como dito antes algo que se tem em abundância e de baixo custo entretanto de acordo com a *BP Statistical Review of World Energy* (2015) a participação do carvão no consumo global de energia primária caiu 30% no ano, a China diminuiu cerca de 2,5%, sendo a maior queda volumétrica do mundo.

Desde que Xi Jinping ascendeu ao poder como dito anteriormente, se vê uma maior visibilidade ao assunto, com um pensamento de uma “revolução energética”, visando diminuir o consumo e a dependência do carvão em sua matriz energética. A fim de buscar reduzir o impacto da economia chinesa para o meio ambiente, e inaugurar um modelo de crescimento econômico voltado para a sustentabilidade (SCHUTTE; DEBONE, 2016). Na questão do petróleo a China não é autossuficiente, visto que sua demanda é maior de que consegue produzir, com isso busca

fornecedores. Um dos substitutos em potencial para reduzir sua dependência no carvão é o gás natural visto seus baixos níveis de poluição em comparação ao carvão e ao petróleo (SCHUTTE; DEBONE, 2016). Sempre lembrando que a China detém uma das maiores reservas energéticas de carvão, sendo o maior produtor, consumidor e importador mundial deste recurso.

A China desde 2011 é o país que mais gera eletricidade, Segundo a BP (2015) a geração de eletricidade foi de 5.649 TWh (Terawatts por hora), o que vem a ser quatro vezes o que foi registrado em 2000, o que demonstra seu crescimento rápido. O grande desafio da administração do setor é a diversificação das fontes de energia elétrica, porque as termelétricas movidas a carvão continuam a dominar a geração de eletricidade no país (SCHUTTE; DEBONE, 2016). Com Xi Jinping se vê um maior investimento em projetos de construção de campos eólicos e solares, o qual em 2014 fez a China tornar-se líder mundial em investimentos em energias renováveis, o que foi continuado até os dias de hoje.

Em 2016 lançou-se o 13º Plano Quinquenal com a duração de 2016 a 2020, entre os planos está o meio ambiente o qual promovia a produção limpa e mais verde, diminuindo o consumo de carbono nas indústrias. Para isso começa-se a investir em veículos que usam energia limpa, construção de um sistema de monitoramento online do meio ambiente, melhoria do nível de industrialização dos veículos elétricos. Atualmente a China é o maior mercado automotivo do mundo e líder em vendas de carros elétricos (WAKABAYASHI; FU, 2022). Estava incluído no plano também proteção das florestas, banimento da exploração comercial da madeira, e aumento das áreas florestadas. (POMAR, 2016). Outro ponto importante é buscar a diminuição da dependência da China de fornecedores estrangeiros de energias renováveis como a eólica e solar. O plano traça os objetivos, porém não está em domínio público as estratégias que seriam aplicadas para chegar a tais resultados (MOLINA; PEDONE, 2020).

Em 2017 o governo anunciou um investimento de cerca de US \$360 bilhões em energia renovável até o ano de 2020, e suspendeu a construção de 85 usinas de carvão. Com isso a China investe duas vezes mais que os Estados Unidos e mais do que os EUA e a União Europeia juntos. (MOLINA; PEDONE, 2020). Em 2015 a China obtinha cerca de 17% de sua eletricidade e 8% de energia a partir de energias renováveis e em 2018 de acordo com o Comitê Permanente da Assembleia Popular

Nacional (APN) a energia renovável contava com 26,7% em sua totalidade (MOLINA; PEDONE, 2020). Em 2017 cerca de um quinto dos carros elétricos vendidos no mundo foram para seis cidades chinesas, pois já havia legislação que restringia carros movidos com combustíveis fósseis, com esses grandes investimentos já se projeta para 2025 11 milhões de veículos elétricos, dos quais 19% será vendido para a China (internamente) e 14% para Europa e 11% para os Estados Unidos (JABUR, 2021).

Em 2021 novamente se vê um investimento maior em energias renováveis, quando o presidente Xi Jinping anunciou que iria ampliar a parcela de combustíveis não-fósseis no consumo primário de energia para cerca de 25% em 2030 (XU; SINGH, 2021). Como isso mais investimentos em usinas eólicas e solares. Não podendo esquecer que a dois anos anteriores, em 2019 começa uma pandemia mundial, da Covid-19 onde teve seu epicentro a China. Autoridades públicas de saúde vêm alertando para as relações originárias do novo coronavírus com o avanço do desmatamento e da expansão de atividades humanas sobre ecossistemas florestais. (OLIVEIRA, et.al, 2020). O que culminou em um atraso nas metas estabelecidas no tema ambiental.

A China busca ser o líder em energias renováveis, e está no caminho a passos largos, porém o carvão ainda segue sendo sua principal fonte de energia, entretanto já se tornou líder em exportação de carros elétricos (os quais são comprados em sua maioria pela Europa), é líder em venda de placas solares e detém os maiores parques eólicos. Produzindo maiores níveis de energias renováveis que os Estados Unidos, o qual será abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: A SOBERANIA ESTATAL E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS (OIs)

Neste capítulo será abordado as políticas dos Estados Unidos, da União Europeia e de algumas organizações internacionais na preservação do meio ambiente limpo, com o intuito de entender as pressões e sanções que a China recebe de ambos por sua matriz energética. Abordada a teoria da interdependência a qual acusa a importância não apenas dos Estados mas das OI's e blocos econômicos no sistema internacional.

3.1 Estados Unidos e meio ambiente

Neste subcapítulo usará uma linha do tempo dos governos mais atuais, de Barack Obama (2009 a 2017), Donald Trump (2017 a 2021) e o atual presidente Joe Biden (2021 - presente), na busca de um debate sobre as políticas para o meio ambiente e seus impactos. É importante analisar as políticas estadunidenses visto serem um dos atores mais importantes no cenário internacional e que por muitos anos consecutivos esteve no topo da lista dos Estados mais poluentes e fazendo duras críticas a China por sua alta taxa de emissão de gases causadores do efeito estufa.

Antes da ascensão de Obama ao poder, seu antecessor, o presidente George W.Bush não tinha uma imagem favorável na questão do meio ambiente e também outros temas como a segurança do Estado, vide os ataques terroristas em 11 de setembro que culminou na invasão no Afeganistão. O padrão de relacionamento internacional dos Estados Unidos frente aos demais países no globo tornou-se hobbesiano à medida que as duas administrações (...) não aderiram às normas acordadas internacionalmente para diminuição das emissões de gases na atmosfera (CARVALHO; SENHORAS, 2009). Nos dois mandatos de Bush, a busca da segurança energética se concentrava na maximização da produção doméstica de petróleo, o que abrangia um apoio do governo a projetos polêmicos como as

perfurações petrolíferas em áreas de proteção ambiental no Alasca e no litoral da Califórnia (FUSER; FERREIRA, 2010).

Como resultado nos discursos ainda em sua campanha, Obama sinaliza uma preocupação maior com a questão ambiental energética, visto ter interrompido a campanha pela candidatura democrata à Presidência para voltar a Washington e votar um projeto favorável às energias renováveis (SCHARF, 2009). Com um discurso baseado em diminuir o consumo de energia fóssil e, no plano internacional, estabeleceu o compromisso presidencial dos Estados Unidos aderir à ratificação do novo tratado climático que substituirá o Protocolo de Kyoto a partir da Conferência das Nações Unidas para a Mudança Climática de Copenhague em 2012 (CARVALHO; SENHORAS, 2009). O tema ambiental foi onipresente durante sua campanha. Obama deixou claro que atribui peso semelhante aos três grandes desafios enfrentados pelos Estados Unidos: “Duas guerras, o planeta em perigo e a maior crise financeira do século” (SCHARF, 2009). Durante sua campanha e suas falas sobre a questão ambiental Obama consegue um amplo apoio dos ambientalistas e uma grande aparição na mídia.

O discurso eleitoral prévio já apontava para o aumento no investimento na produção de biocombustíveis, no aperfeiçoamento das tecnologias para o uso da biomassa e em fontes renováveis de energia para diminuir o consumo de combustíveis fósseis, medidas estas que estão diretamente relacionadas à mudança da matriz energética americana, que hoje é dependente da importação de petróleo do Golfo Pérsico, o que explica a forte intervenção do país naquela região (CARVALHO; SENHORAS, 2009).

Eleito em 2009 Obama escolhe um time de peso para pesquisas e colocar a agenda de energia ambiental em prática, escolhendo nomes como o físico especialista em fontes alternativas de energia e ganhador do Nobel da Paz (1997), Steven Chu, como seu secretário de energia juntamente com conselheiros e diretores das principais agências reguladoras e representações administrativas de energia e meio ambiente (CARVALHO; SENHORAS, 2009). Obama já assinalava uma maior abertura a negociações multilaterais nas Conferências das Nações Unidas, visto seu apoio à criação do Fórum Global de Energia, que veio a discutir entre os G7 e os BRICs e México, sobre a temática de energia limpa e meio ambiente.

No início de 2009 já é assinado no plano de ação uma conduta mais rígida nas políticas energético-ambientais, estabelecendo limites mais rigorosos contra a emissão de poluentes por veículos e Departamento de Transportes aumente as exigências de economia de combustível para veículos a partir do modelo 2011.

(CARVALHO; SENHORAS, 2009). Houve um aumento relativo significativo nos recursos destinados à pasta de recursos naturais e meio ambiente e energia (SCHINCARIOL, 2020) Em junho de 2009 oficialmente como a nova política energética dos Estados Unidos a partir da aprovação pela Câmara dos Representantes, em junho de 2009, do *American Clean Energy and Security Act* (Lei Americana de Energia Limpa e Segurança – ACESA, na sigla em inglês) (FUSER; FERREIRA, 2010). Os objetivos da ACESA eram ousados, em razão da diminuição de dependência de petróleo e criar uma política que desse ao país a notoriedade de líder no combate ao aquecimento global. Uma vez que a base da matriz energética norte-americana é proveniente de combustíveis fósseis.

As políticas aplicadas teriam efeitos em longa duração, visando uma diminuição dos gases causadores do efeito estufa em 80%, até 2050, e a criação de empregos em uma iniciativa denominada como “economia verde” e medidas de alívio para as famílias atingidas pela elevação das despesas com energia em decorrência das mudanças a serem implementadas (FUSER; FERREIRA, 2010).

A “economia energética de baixo-carbono” é um modelo que busca agregar valores de proteção ambiental e segurança energética à área econômica, criando assim políticas que estimulem infraestruturas sustentáveis. Trata-se de um projeto com objetivos de longo prazo, tendo como eixo principal a produção de energia limpa. Suas implicações abrangem as políticas social, econômica e externa. Essa nova política energética ganhou prioridade no governo Obama por diversos fatores, desde o agravamento das condições ambientais no mundo inteiro e a comprovação científica da ação humana como principal responsável pelo aquecimento global, até o efeito psicológico de catástrofes como o furacão Katrina, cujas causas são associadas à degradação ambiental. Problemas econômicos, em especial a alta dos preços do petróleo, que atingiram o patamar dos 150 dólares por barril em julho de 2008, e os conflitos militares vinculados à necessidade estratégica do controle das reservas de combustível no exterior, tais como a guerra no Iraque, intensificaram o sentimento de urgência em relação à busca de novas fontes energéticas e à redução da dependência (FUSER; FERREIRA, 2010).

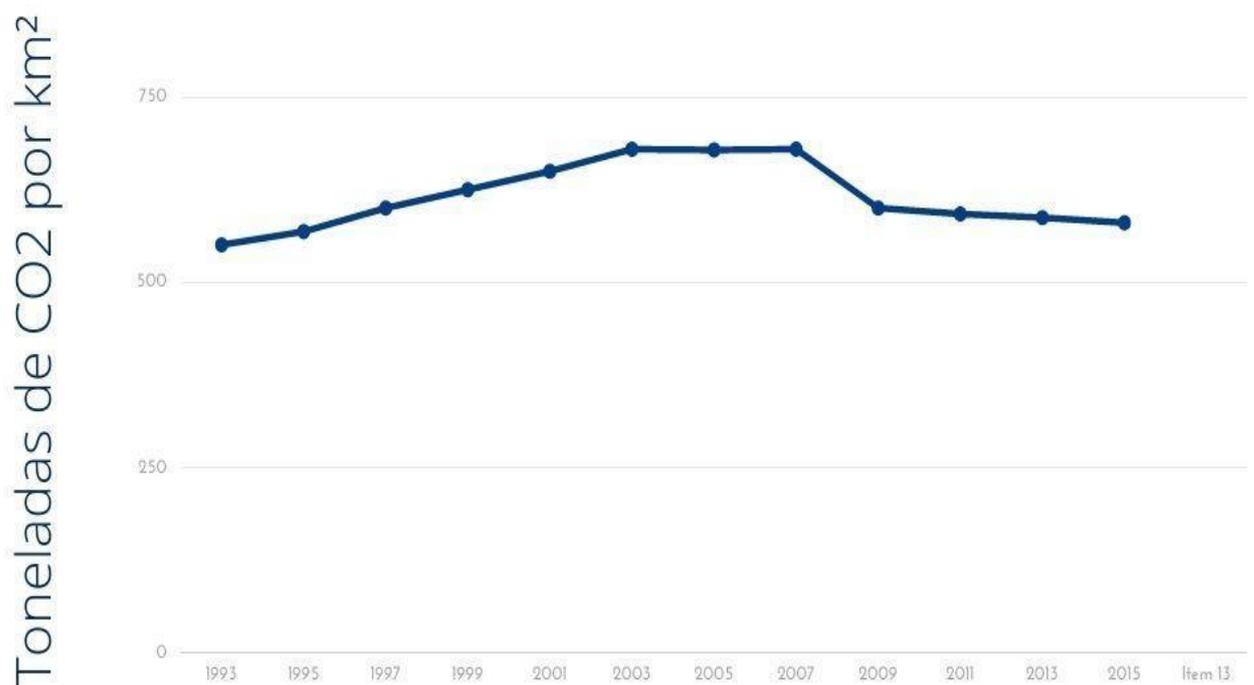
Um dos maiores dilemas da Administração Obama é que mesmo adotando uma terapia de choque ambiental ou protelando ações importantes em regimes ambientais internacionais com a implementação de planos energético-ambientais menos ambiciosos, ambas estratégias não retiram os Estados Unidos do papel de vilão-mor do planeta diante da comunidade internacional, tampouco encorajaria China e Índia a agir de modo a também reduzir as emissões de gases-estufa (CARVALHO; SENHORAS, 2009).

Desde 2006 a China passou os EUA e se tornou o maior emissor de gases do efeito estufa, e sempre recebendo duras críticas do país, porém no gráfico a seguir consegue-se identificar que não houve uma mudança significativa com as políticas de

Obama, e no segundo gráfico mostra que na verdade não teve uma diminuição e sim um aumento expressivo na emissão de CO² pela China.

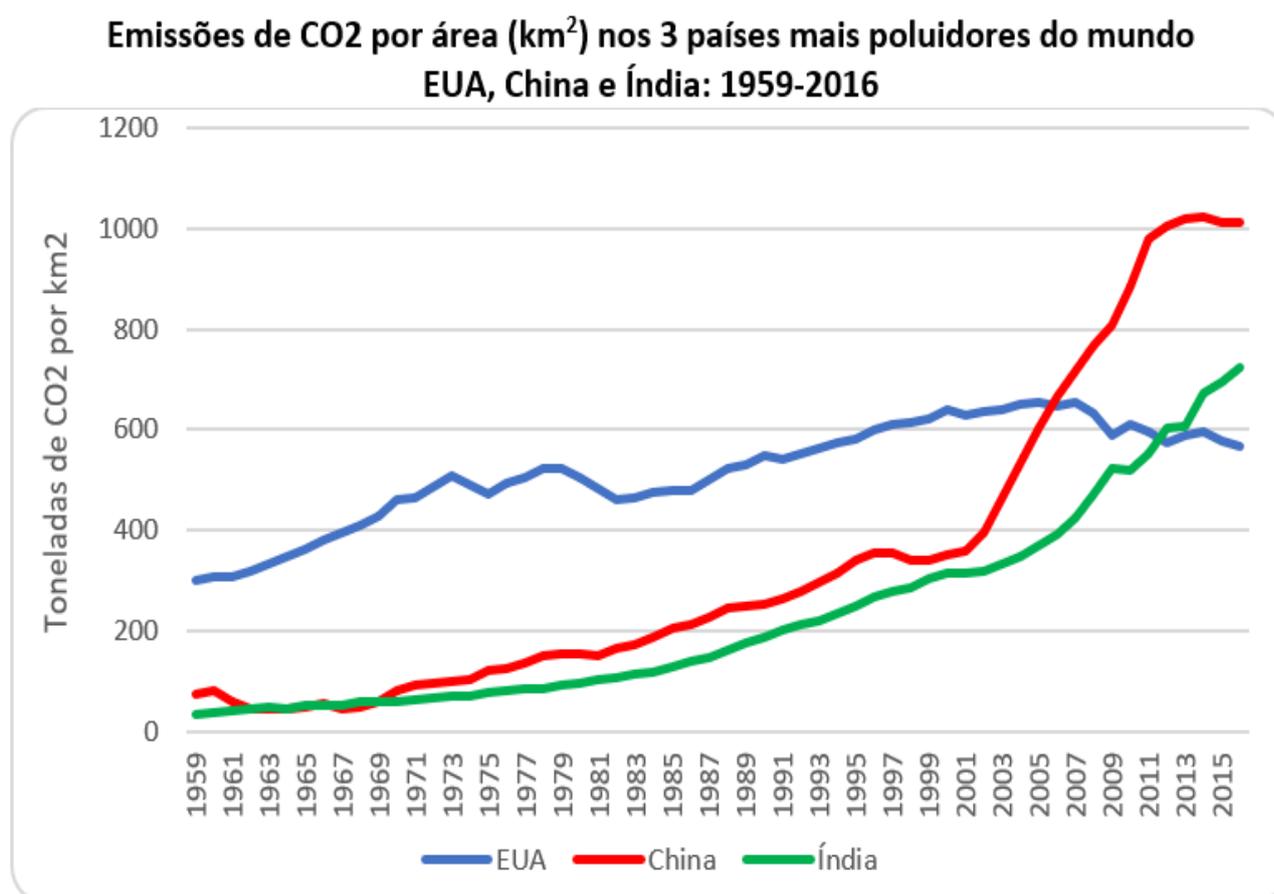
GRÁFICO 4: *Toneladas de CO2 por km2*

EMISSÃO DE CO₂ NOS ESTADOS UNIDOS POR ÁREA (KM²): 1993 - 2016



(Fonte: Global Carbon Project).

GRÁFICO 5: Emissões de CO2 por área.



(Fonte: Carbon Project).

Como dito anteriormente Bush apoiava perfurações de petrolíferas sem qualquer pensamento em meio ambiente, mas é no governo de Obama que se tem um enorme vazamento de petróleo, o qual foi duramente criticado pela mídia por sua forma de conduzir a forma de interromper o vazamento. O vazamento foi comparado com o acidente de Exxon Valdez, onde a quantidade de óleo derramada foi quase igual invadindo o Golfo do México (SCHARF, 2010).

Em 2013 lançou-se o ranking de saúde do clima, cálculo realizado pelo Índice de Mudanças Climáticas (*The Climate Change Performance Index*). Os critérios emissão de gases poluentes (peso de 30%), desenvolvimento da emissão (30%),

energias renováveis (10%), políticas climáticas (20%) e eficiência (10%) Porém, em 2018, sofre uma alteração, quando a emissão de gases poluentes (40%), energias renováveis (20%), políticas climáticas (20%) e uso de energia (20%) passaram a formar a média. (CNN 2022). Como resultado de 2013 até 2017 os Estados Unidos estava oscilando de lugar, de 34° foi para a 43° posição.

Com a saída de Obama do poder em 2017 com os Estados Unidos em uma escala pequena mas de diminuição de emissão de CO², chega ao poder Donald Trump com políticas totalmente inversas a do seu antecessor, onde se vê um desmonte das políticas de regularização já no começo do mandato. O primeiro diretor da EPA (*Environmental Protection Agency*) na gestão Trump foi Scott Pruitt, entusiasta da indústria de petróleo e gás, negacionista climático que havia chegado a processar essa agência 14 vezes pelas regulações relativas à emissão de gases de efeito estufa, quando atuava como procurador-geral de Oklahoma (PINTO; MALERBA, 2022). Porém em julho foi substituído por um lobista do ramo do carvão. Dentre suas nomeações para integrar o governo, tem nomes como Michael Catanzaro da área do petróleo, David Bernhart do agronegócio e lobista do setor energético, ambos criticavam as iniciativas de regularização do governo Obama. Catanzaro foi um assessor especial do governo de Trump, contribuiu diretamente para impedir o avanço dessas duas políticas. Nas palavras do jornalista Eric Lipton (2017), “os regulados tornaram-se os reguladores” (PINTO; MALERBA, 2022).

Como dito anteriormente, o orçamento destinado a EPA no governo Obama teve um aumento significativo, porém já nos primeiros meses de gestão Trump já havia propostas de reduzir cerca de 23% de fiscalização e 31% total da agência. A maior redução de todas as propostas para outras agências governamentais, que inclusive previa a eliminação do escritório de justiça ambiental. O Congresso, no entanto, impediu a medida (National Geographic, 2017). Em 2019 se vê uma pandemia assolar o mundo, a Covid-19, a qual foi usada como desculpa por Donald Trump por interromper o controle sobre poluição do ar, da água, etc... (EDGI; HOLDEN, 2020).

Em plena crise sanitária provocada pelo novo corona vírus, Trump estabeleceu mudanças radicais na Lei Nacional de Políticas Ambientais (Nepa), principal lei que define a política ambiental dos Estados Unidos. Com as alterações, os estudos ambientais terão seus prazos reduzidos, os protocolos para avaliar os danos nas comunidades foram dificultados,

reduzindo drasticamente a participação da sociedade civil nos processos, e deixaram de ser levados em conta os efeitos cumulativos dos projetos relacionados às mudanças climáticas. A Nepa foi um importante instrumento para que as comunidades atingidas, muitas delas de maioria negra, questionassem os projetos que violavam seus direitos (Beitsch, 2020). A estratégia de desregulamentar as normas ambientais durante a pandemia foi sugerida por diversos think tanks conservadores (Miller, 2020) reunidos em abril de 2020 na National Coronavirus Recovery Commission, organizada pela Heritage Foundation (PINTO; MALERBA, 2022).

Porém antes mesmo da pandemia como dito anteriormente, após alguns meses de sua posse já havia uma desregulamentação da legislação ambiental, como coloca Pinto e Malerba (2022) a passos largos, pois quase 100 leis foram anuladas ou revogadas, todas acerca da poluição do ar, água, perfurações petrolíferas, dentre outras. Outra ação do governo Trump foi revogar o *Clean Energy Act* (Plano de Energia Limpa) criado pelo governo de Obama, mudando para *Affordable Clean Energy rule* (Regra da Energia Limpa Acessível) onde continha regras mais frágeis que sua antecessora.

E uma das ações mais impactantes foi a saída dos EUA do acordo de Paris em 2019, Donald Trump, afirmou que o pacto climático é desvantajoso para os interesses da economia e dos trabalhadores do país, deixando países como a China usarem combustíveis fósseis enquanto os EUA tinham que reduzir seu carbono era injusto (SESSA; OBREGÓN, 2020). O Acordo de Paris foi assinado entre 195 Estados em 2015, o qual visava a diminuição da temperatura da Terra, onde com um estudo mostrava que se todos os países cumprissem com suas metas a temperatura subiria 3,3°C e sem os Estados Unidos subiria 3,6°C. Não esquecendo que os Estados Unidos já ocupava o segundo lugar como o mais poluente, causando 14% das emissões globais. Como resultado vemos que Donald Trump prioriza o crescimento econômico, deixando as causas ambientais de fora, o qual representa um retrocesso em matéria ambiental do país (SESSA; OBREGÓN, 2020). Estudos já comprovam que se Trump não tivesse revogado ou anulado regras deixadas pelo governo de Obama, as emissões dos gases seriam menores do que foram.

Em 2021 se vê uma retomada forte no assunto, com Joe Biden entrando na presidência, em sua campanha não foi diferente da do presidente Obama, tanto que já havia sido vice dele. Em seus discursos falava sobre a volta dos Estados Unidos ao Acordo de Paris. Biden chega ao poder em meio a pandemia de Covid-19 o qual causou problemas econômicos.

O momento não poderia ser mais oportuno para o lançamento. O mundo se prepara para superar os danos econômicos trazidos pela pandemia por meio de reconstrução baseada na economia verde de impacto neutro em carbono. Além disso, o recém empossado presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, acaba de anunciar a volta do país ao Acordo de Paris, tratado pela redução do aquecimento global por meio da diminuição da emissão de gases de efeito estufa (OLIVEIRA; FERREIRA, 2021).

Joe Biden teve planos ambiciosos, visto que seu antecessor Trump isolou os Estados Unidos da temática ambiental. O Plano Biden tem uma estratégia de desenvolvimento em meio ao acirramento da concorrência com a China no âmbito global (PINHO, 2022). Com isso volta para o Acordo de Paris e busca por políticas econômicas de baixo carbono e visa a construção de fábricas de veículos elétricos, para haver uma transição para veículos sustentáveis, como resultado entraria para a disputa comercial com a China, visto ser a *top one* em fabricação e venda de automóveis elétricos. Com o plano de transição energética se abre portas para uma intervenção estatal para regularizar as atividades, o que não é bem vista por empresários do ramo (PINHO, 2022), como dito anteriormente muitos apoiavam Trump por ter políticas frágeis sobre o assunto.

3.1.1 Relações Sino-americanas e o meio ambiente

Nas relações sino-americanas em 2016 vê-se algo inédito no cenário internacional, Obama e Xi Jinping anunciaram um acordo que visava a diminuição dos gases causadores do efeito estufa, é importante ressaltar que é o primeiro anúncio de corte de gases poluentes por parte da China. No acordo, Xi anuncia que até 2030 20% da energia produzida proverá de fontes limpas e renováveis e os EUA diminuirão de 26% a 28% até 2025. Esse acordo vem como resultado de um encontro entre os presidentes porém meses de trabalho em relação, o tema de mudanças climáticas foi o mais discutido havendo críticas a China por sua matriz energética suja, para conseguir tal feito a China deveria aumentar a geração desse tipo em entre 800 e mil gigawatts, uma quantidade superior à capacidade atual de suas usinas de carvão e equivalente a quase toda a energia produzida nos EUA (VEJA, 2014).

Entretanto após a saída do poder, Obama ainda critica as medidas as quais a China, na COP26, o ex-presidente onde coloca que foi particularmente desanimador ver os líderes de dois dos maiores emissores [de gases de efeito estufa] do mundo, China e Rússia, se recusando até mesmo a comparecer aos trabalhos (OBAMA, 2021,

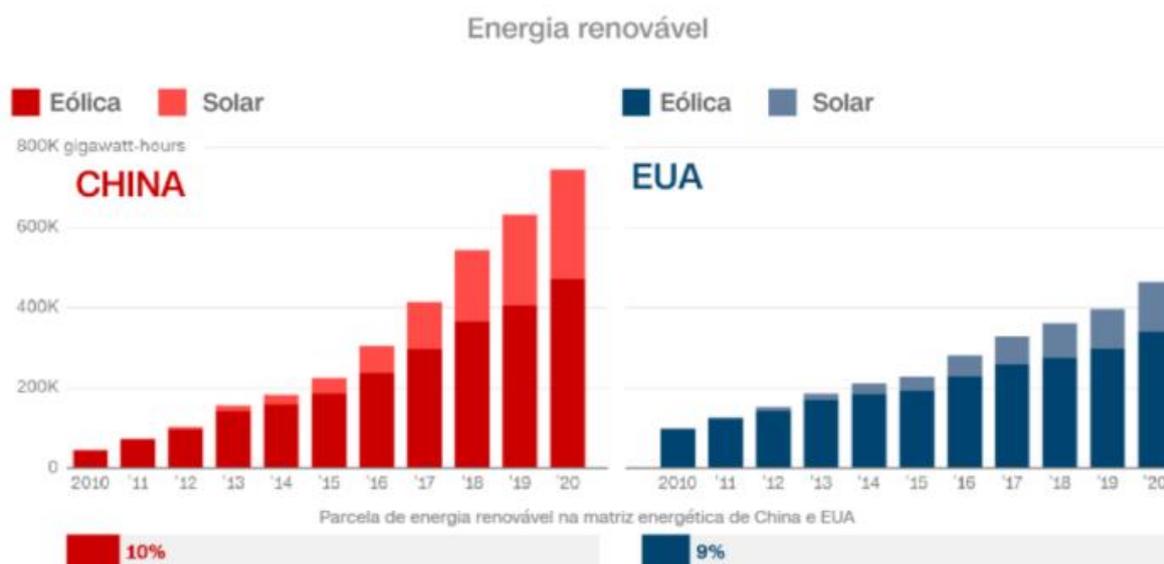
COP26). Colocando a China como uma das maiores vilãs das emissões do efeito estufa e suas políticas frágeis, entretanto é interessante analisar que a China atualmente detém a maior produção de energia solar e eólica, como vemos no gráfico a seguir.

GRÁFICO 6: China produz mais energia eólica do que os EUA.



China produz mais energia eólica e solar do que os EUA

Embora a China tenha maior produção, os Estados Unidos têm taxa similar de energias renováveis em sua matriz



Fonte: Enerdata

(fonte: CNN Brasil).

Como dito no capítulo anterior, a China ainda detém o primeiro lugar como o maior emissor dos gases do efeito estufa, porém está produzindo uma grande quantidade de energias renováveis. Outro dado importante é que além de vários parques eólicos e solares, a China é líder em mercado de automóveis elétricos, sua participação global é de 39% contra os 9,9% dos EUA.

Pode-se perceber que as críticas feitas à China pelos presidentes dos Estados Unidos sobre o tema ambiental são de esferas diferentes. O presidente Obama fala da importância do meio ambiente (mesmo que muitas das suas políticas não dessem grandes resultados e prosseguir com ações mais frágeis ao tema) vemos sua busca por uma política verde em contraponto de Donald Trump, onde suas críticas está no desenvolvimento e crescimento econômico da China à revelia do meio ambiente e usando de leis duras contra países desenvolvidos e mais “tranquilas” para os que estão se desenvolvendo. E com a volta de Biden para a presidência a qual já foi vice de Obama, se vê a retomada do assunto como discutido anteriormente. e com isso novas críticas a China, porém com investimentos abaixo que os da China na temática, a qual segue liderando a construção de parques eólicos e veículos movidos com energia sustentável, como dito no capítulo anterior a China prevê que em 2025 a venda de 11 milhões de carros elétricos os quais 19% será vendido na China e apenas 11% para os Estados Unidos.

Um dado importante é sobre os investimentos Chineses e Estadunidenses em desenvolvimento e pesquisas, o qual é importante para se chegar em novas tecnologias sustentáveis. As futuras disputas geopolíticas não serão determinadas por recursos físicos, e sim por recursos intelectuais, e especial aqueles resultantes de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), (MAHBUBANI, 2020). No gráfico a seguir é fácil identificar que a China tem se comprometido muito mais nos investimentos desta área que os Estados Unidos.

Gasto do governo com P&D Percentual do PIB de EUA vs. China

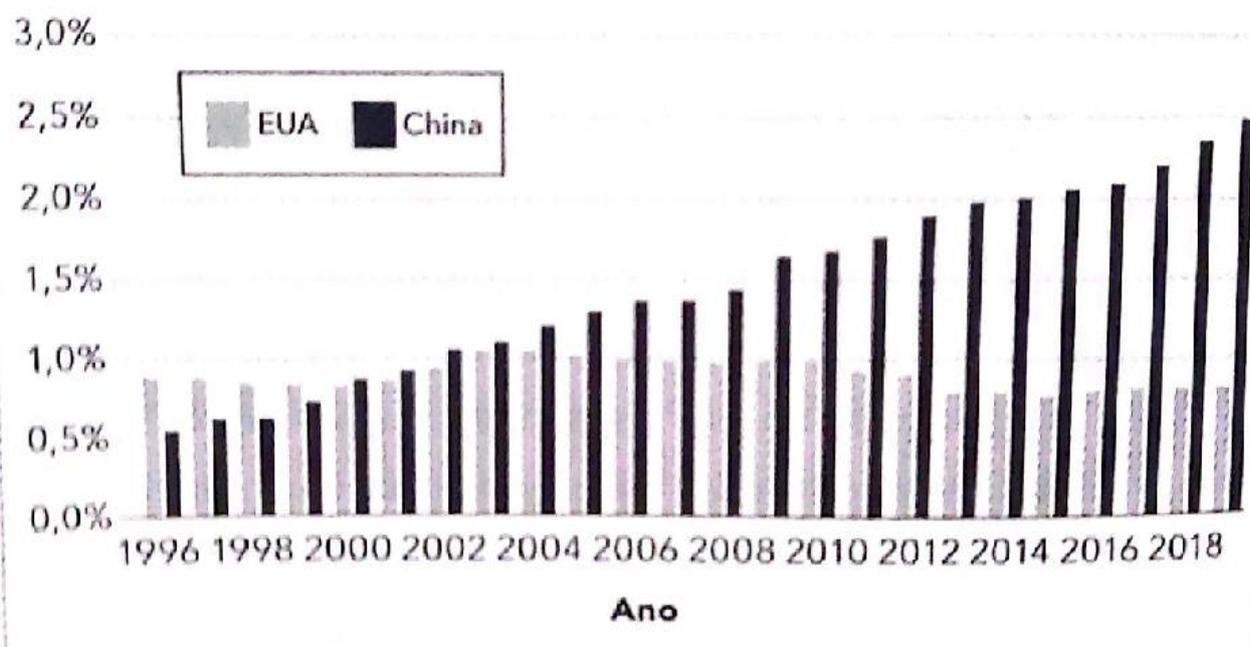


GRÁFICO 8: Comparativo dos Gastos do governo em Pesquisa e Desenvolvimento (China e Estados Unidos).

(Fonte: Livro “A China Venceu?” Kishore Mahbubani, 2020).

Outro dado importante sobre essa relação e as críticas que a China recebe é que somando a emissão dos gases do efeito estufa (CO²) desde a Revolução Industrial a 2017 a China não alcança os Estados Unidos e a Europa que será abordada em um próximo subcapítulo. A acumulação das emissões de CO² dentre essas datas se tem os Estados Unidos em primeiro lugar, como o mais poluente e em terceiro a União Europeia e apenas em quarto a China (MAHBUBANI, 2020, pg 184).

GRÁFICO 8: Emissões globais de CO² acumuladas.

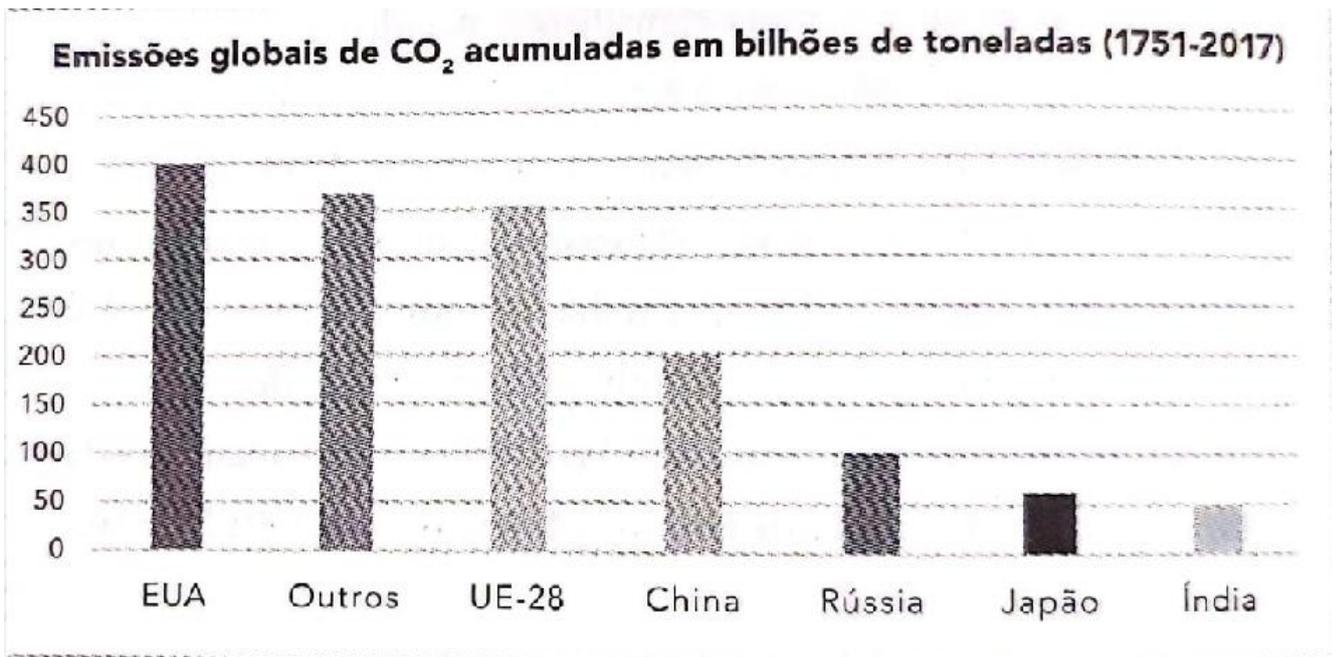


GRÁFICO 13. Emissões globais de CO₂ acumuladas em bilhões de toneladas (1751-2017)¹⁶

(Fonte: Livro “A China Venceu?” Kishore Mahbubani, 2020).

3.2 Japão

O Japão sofre a muito tempo com a poluição ambiental, o qual teve o início de sua industrialização em 1868 na Era Meiji e um rápido crescimento econômico nos anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial. Na década de 1960 já se viu um alto nível de doenças relacionadas à poluição do ar e de águas contaminadas de fábricas. Desde 1930 uma indústria lançava dejetos dos quais continha Mercúrio na baía de Minamata na província de Kumamoto. Nesse sentido, o consumo de peixes e frutos do mar contaminados por mercúrio através da cadeia alimentar, causou a intoxicação e a morte de centenas de moradores (SAKAI, 2019). Com uma alta preocupação de melhorar a poluição do ar e da água, as próprias indústrias trabalharam para aperfeiçoar os processos produtivos e implementar contramedidas, tal como a criação de instalações de tratamento de resíduos industriais (KASUMIGASEKI, 2012).

Este caso chamou muita atenção, tanto que em 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente vítimas da doença fizeram palestras com o slogan “*No more Minamata*” e muitos professores criaram aulas nas escolas falando sobre os perigos da poluição (SUKAI, 2019). A temática ambiental chega na educação popular com os cidadãos e vítimas das poluições criando a escola popular, para debater e aprofundar mais os conhecimentos sobre os problemas ambientais. Como resultado, até a década de 80 cresce os movimentos em prol da educação ambiental no Japão (SAKAI, 2019).

Com a crise do petróleo na década de 70, o Japão enfrentou um grande impacto em sua economia, após esse período novamente o tema ambiental se torna central, onde a população entende a importância da economia de energia. Muitas indústrias que consomem em abundância a eletricidade, como as petroquímicas, cimento e aço adotam medidas amplas de economia energética, criando dispositivos de recuperação de calor, com a finalidade de prevenir o desperdício de calor e eletricidade nas fábricas e agilizar os processos (KASUMIGASEKI, 2012).

Em 1992 o Japão participa da ECO-92, e em 1997 o Japão sedia a COP-3 (3ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima) em Kyoto, onde houve a criação dos mais importantes acordos acerca das mudanças climáticas. O Japão se tornou líder nas questões climáticas e ambientais

(KASUMIGASEKI, 2019). No ano de 2000 o Estado seguia como uma das lideranças do tema, quando novamente sediou em 2010 a COP-10.

Em 2011 o Japão passou por um momento delicado, em 11 de março houve um terremoto seguido de um tsunami no nordeste do país, o que afetou o Complexo Nuclear de Fukushima. Como resultado, as províncias como Morioka Miyagi, Iwate, Ibaragi e Fukushima foram devastadas; as duas últimas estão entre as mais afetadas pela radiação, segundo relatórios de situação da Organização Mundial de Saúde (OMS) (ASSAD, 2011). Um dado interessante é que antes do acidente, até mesmo a maioria dos pesquisadores de educação ambiental acreditava que a energia nuclear seria uma das alternativas e a solução perfeita para o problema ambiental (SUKAI, 2019). Como resultado retomasse um estudo maior sobre o tema ambiental.

Por dar ênfase na temática, o Japão é um dos pioneiros na instituição de uma rede global de compras públicas verdes, havendo a *Basic Policy on Promoting Green Procurement* instituída em 2014, o qual juntou das leis já existentes como a Lei nº100: Lei de promoção de Compras Públicas de Produtos Ecológicos que foi promulgada em 2000.

O Governo e as Agências Administrativas Incorporadas (doravante denominadas “o Governo”) desempenham um papel importante na economia nacional e têm grande influência sobre as outras entidades. Seu papel é muito importante na promoção de um efeito cascata no mercado, priorizando e popularizando a compra de bens e serviços ecologicamente corretos. Ou seja, a iniciativa do Governo de promover a compra planejada de bens e serviços ecológicos terá um efeito primário; expandindo esse compromisso com os governos locais e o setor privado, promovendo a mudança na demanda por bens e serviços ecologicamente corretos no Japão como um todo. A promoção de compras verdes com base nesta política básica está em conformidade com o artigo 24, “Promoção do uso de produtos que contribuem para a redução da carga ambiental”, da Lei de Meio Ambiente (Lei nº 91, 1992) e artigo 19, “Promoção de Uso de Artigos Reciclados”, da Lei Básica para a Constituição de uma Sociedade do Ciclo de Materiais Sólidos (Lei nº 110, de 2000) (Basic Policy on Promoting Green Procurement, 2021). Tradução nossa.²

² The Government and Incorporated Administrative Agencies (hereinafter referred to as “the Government”) play a major role in the national economy and have huge influence on the other entities. Their role is very important in promoting a ripple effect in the market, by prioritizing and popularizing the purchase of eco-friendly goods and services. That is to say, the Government’s initiative promoting the planned purchase of eco-friendly goods and services will have a priming effect; expanding this commitment to local governments and the private sector, promoting the shift in demand toward eco-friendly goods and services in Japan as a whole. The promotion of green procurement based on this basic policy conforms to Article 24, “Promotion of Use of Products Contributing to Reduction of Environmental Load,” of the Basic Environment Act (Law No.91, 1992), and Article 19, “Promotion of Use of Recycled Articles,” of The Basic Act for Establishing a Sound Material-Cycle Society (Law No. 110, 2000) (Basic Policy on Promoting Green Procurement, 2021).

Como resultado é importante destacar que é lá que nasce a Rede Internacional de Compras Verdes, a qual consiste na promoção das compras verdes nos setores públicos e privados a nível global. A Rede consiste em uma organização independente, sem fins lucrativos, contando com mais de 2.800 membros, incluindo setor público, empresas, associações de consumidores e organizações não governamentais (ONG) (CAVALCANTI, et.al. 2017).

As informações que integram a Rede Internacional de Compras Verdes são gerenciadas e analisadas em nível governamental, com o intuito de subsidiar a elaboração de guias e critérios para facilitar a aplicação da Lei de Compras Verdes japonesa e as políticas de compras a ela associadas. Notese que sua criação se deu ainda na década de 90, demonstrando o pioneirismo japonês na construção de sua política (CAVALVANTI, et.al. 2017).

Atualmente o Japão ocupa o terceiro lugar das maiores economias do mundo e o quinto maior emissor de dióxido de carbono (CO²). Em 2020 o primeiro ministro Yoshihide anunciou a mudança de uma meta estabelecida em anos anteriores que era de reduzir 80% das emissões de gases do efeito estufa, mudando para algo mais audacioso e ambicioso a qual é neutralizar a emissão de gases até 2050. Na Cúpula do Clima organizada pelos Estados Unidos o Japão mudou a meta estabelecida no Acordo de Paris, o país asiático elevaria sua meta de redução de emissões para 46% até 2030, contra os 26% previstos anteriormente (MENEGASSI, 2021).

3.2.1 Relações de Japão, China e meio ambiente

As relações Sino-japonesas tem um longo histórico de guerras, contendo extrema violência como citado no capítulo anterior, com o Japão invadindo a China e tomando seus territórios. Atualmente se tem uma tensão entre os países pela disputa pelas ilhas Diaoyu/Senkaku, sendo uma cadeia de oito pequenas ilhotas localizadas nas águas do Mar da China Oriental, cerca de 120 milhas náuticas a nordeste de Taiwan, 200 milhas náuticas a leste da China e 200 milhas náuticas a sudoeste de Okinawa, Japão (ROCHA, 2019). O presente trabalho é sobre a temática ambiental porém é de suma importância entender um pouco as relações atuais destes dois atores importantes na Ásia.

Na questão ambiental não é diferente, as tensões são grandes visto um apoio do Japão às críticas à China formadas pelos Estados Unidos. Em 2021 o Japão e os EUA concordam em pressionar a China, para com que ela amplie os esforços para reduzir as emissões de CO². John Kerry foi o enviado ao Japão para discutir a temática

com o chefe da diplomacia japonesa Toshimitsu Motegi, os quais deram ênfase no Estado Chinês em sua conversa e declarações (AFP, 2021).

3.3 União Europeia

A União Europeia (UE) é uma organização supranacional constituída por 27 Estados, criada em 1993 sendo um dos blocos mais consolidados e importantes no cenário internacional. Tendo como objetivo promover a paz e os valores democráticos, estabelecendo um mercado interno, dentre os objetivos da UE destacam-se dois sendo de importância para o presente trabalho, são eles a proteção e a melhoria da qualidade do ambiente e favorecer o desenvolvimento sustentável (artigo 3.º do Tratado de Lisboa). Os Estados da Europa que fazem parte da UE passaram por diversos fenômenos naturais causados pela depreciação do ambiente, como em Londres (Inglaterra que saiu da UE em 2016).

Em 1952 já se via resultados de uma queima excessiva de carvão, por toda Londres se viu um denso nevoeiro de cor amarelada, pois havia níveis altos de óxidos de enxofre. Como resultado os habitantes demonstraram problemas e doenças respiratórias enchendo os hospitais (Agência Europeia do Ambiente, 2013). O qual ficou conhecido como *Great Smog of London* (O Grande Nevoeiro) levando de 4000 a 8000 pessoas a morte. Importante ressaltar que a Europa passou por diversas formas de industrialização, desde 1750 até o crescimento econômico e das indústrias atuais as quais deixavam o meio ambiente de lado. No século XX era comum as ocorrências de poluição no ar, principalmente nas cidades industriais da Europa, pela larga queima de carvão nas indústrias e casas familiares pelo inverno (AEA, 2013), o qual vemos nos dias atuais na China.

É neste contexto que se vê uma preocupação maior com o meio ambiente, depois de alguns anos começa a criar uma consciência maior tanto nos civis como na política por toda a Europa, onde se introduz legislações visando a redução da poluição atmosférica por fontes fixas, tais como residências, comércio e indústria. No final dos anos sessenta muitos países começaram, tal como o Reino Unido, a aprovar leis para combater a poluição (AEA, 2013) Nos anos 60 já se percebe uma melhoria no ar como resultado das legislações adotadas pela Europa e no âmbito internacional, o que aponta a importância de uma cooperação entre os Estados, que em 1993 fica clara com a criação da União Europeia.

Ficou claro, em alguns casos, que o problema da poluição atmosférica pode ser solucionado unicamente através da cooperação internacional. Estudos realizados na década de sessenta demonstraram que as chuvas ácidas que estavam na origem da acidificação de rios e lagos escandinavos eram causadas por poluentes lançados na atmosfera na Europa continental. Os resultados desses estudos levaram à criação do primeiro instrumento internacional juridicamente vinculativo para lutar contra os problemas de poluição atmosférica numa ampla base regional, ou seja, a Convenção de 1979 sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância (LRTAP) da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (AEA, 2013).

Em 2003 houve a criação da Estratégia Europeia de Segurança (EES), que visava controlar e prevenir conflitos, porém integrando novos tipos de ameaças como crime organizado, migrações ilegais e o aquecimento global (BARBOSA; SOUZA, 2010) então se torna importante para a Comissão Europeia a importância de conter o aquecimento global usada como matéria de segurança.

A adoção da EES é uma das primeiras tentativas de securitização do clima, visto que as alterações climáticas já eram preocupação, ao lado de outras ameaças como “a guerra contra o terror”, “os Estados fracassados” (failed states) e a “migração descontrolada”, formando um continuum de segurança.³ Contudo, as mudanças climáticas só seriam definitivamente integradas à política de segurança europeia no ano de 2008, com o Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança, cuja proposta é “incorporar ameaças mais complexas” que, “como o aquecimento global e a degradação ambiental, estão a mudar a face do planeta”, ameaçando a UE, que julga ser “um polo de estabilidade” - CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2008, p. 1, (BARBOSA; SOUZA, 2010).

A União Europeia delimitou metas acerca do meio ambiente para os países membros, onde coloca que os cidadãos da Europa detêm algumas das normas ambientais mais elevadas do mundo. Os governos juntamente com a UE vem trabalhando conjuntamente para a orientação das ações a serem feitas para uma melhoria do ambiente, as mais importantes são:

- Proteger, conservar e melhorar o capital natural da UE
- Transformar a UE numa economia verde, competitiva, hipocarbónica e eficiente do ponto de vista da utilização dos recursos
- Proteger os cidadãos europeus de pressões e riscos para a saúde e o bem-estar relacionados com o ambiente (União Europeia 2008)

Como resultado criou-se o Pacto Ecológico Europeu, onde os 27 Estados membros estão alinhados para alcançar a neutralidade climática até 2050, para isso

deve haver uma descarbonização do sistema energético, visto ser o causador de 75% de emissões de gases do efeito estufa na Europa visando resultados até 2030 (Comissão Europeia, 2020). Dentro da UE existe o gabinete de Estatística, conhecido como Eurostat, dentre as estatísticas criadas como de economia, está integrado também a do ambiente e energia, fornecendo dados estatísticos sobre emissão de gases, qualidade do meio, dentre outros.

As contas ambientais são um tipo de estatística compilada de forma totalmente compatível com as contas nacionais. Eles são normalmente usados para analisar o impacto ambiental da atividade econômica e medidas políticas, além da atividade social. Permitem calcular pegadas ambientais, intensidades ambientais ou produtividades por indústrias, as partes da economia que são 'verdes' ou 'mais verdes' (empregos ambientais, investimentos ambientais), etc. As contas do Eurostat são: contas de emissões atmosféricas, contas de fluxos materiais, contas ambientais impostas por atividade econômica, contas de despesas de proteção do ambiente, contas do setor de bens e serviços ambientais e contas de fluxos de energia. O Eurostat usa os padrões internacionais do Sistema de contabilidade de economia ambiental de 2012 (AEA, 2021). Tradução nossa.³

Portanto a União Europeia se demonstrou preocupada e ativa no tema ambiental, o Pacto Ecológico Europeu tenta com suas medidas criar o primeiro continente neutro do ponto de vista carbônico, buscando um desenvolvimento avançado em energia limpa (Comissão Europeia, 2021). Entretanto, a União Europeia deixa a cargo dos Estados membros decidirem as medidas e criarem suas próprias políticas para chegar ao resultado desejado. Portanto, pode-se dizer que muitos Estados criaram políticas eficazes e outros nem tanto para priorizar outras áreas, como a economia.

(...) o estabelecimento de uma integração social econômica depende fortemente de uma política comunitária ambiental eficaz. Impõe-se registrar, ainda, que as disparidades econômicas entre os Estados membros faz com que cada um possua prioridades diferenciadas, o que deixa, por vezes, o controle ambiental em segundo plano e o não cumprimento das normas estabelecidas (SERRAGLIO, 2014).

³ Environmental accounts are a type of statistics compiled in a manner that is fully compatible with national accounts. They are typically used to analyze the environmental impact of economic activity and policy measures in addition to social activity. They make it possible to calculate environmental footprints, environmental intensities or productivities by industries, the parts of the economy that are 'green' or 'greener' (environmental jobs, environmental investments), etc. The Eurostat accounts are: air emissions accounts, material flow accounts, environmental accounts imposed by economic activity, environmental protection expenditure accounts, environmental goods and services sector accounts and energy flow accounts. Eurostat uses the international standards of the Environmental Economics Accounting System 2012 (AEA, 2021).

Muitos Estados ainda priorizam suas economias e deixam o meio ambiente em segundo plano, dado exemplo do turismo. Em matéria de turismo é custoso e difícil para um Estado controlar. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente estima que a cada ano os turistas geram 4,8 milhões de toneladas de resíduos, 14% dos quais são resíduos sólidos.

3.3.1 União Europeia e China: O ambiente em pauta

As relações entre China e União Europeia se dão principalmente pelo fator comercial, por seu grande mercado, visto que em 2021 a China ultrapassou os EUA e se tornou o maior parceiro comercial da UE. O comércio internacional acelerou de uma maneira rápida as economias e as parcerias, no entanto, também trouxe externalidades negativas nas formas de poluição e degradação ambiental (TIAN; WU; GENG, 2017).

Em 2022 acontece uma reunião por videoconferência entre o presidente Xi Jinping, a presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen e o presidente do Conselho Europeu Charles Michel, no qual foi discutida as relações entre a União Europeia com a China. Xi Jinping coloca a importância da UE trabalhar com os chineses para promover o crescimento estável e sustentável das relações bilaterais e atuarem como estabilizadores em um mundo turbulento (GLOBO, 2022).

Os dois lados precisam seguir o verdadeiro multilateralismo, advogar uma visão de governança global com o princípio de ampla consulta, contribuição conjunta e benefícios compartilhados, continuar a liderar a cooperação internacional nas mudanças climáticas e na biodiversidade e trabalhar juntos para derrotar a Covid-19. A China acolhe o apoio e a participação da UE na Iniciativa de Desenvolvimento Global - Presidente da República Popular da China, Xi Jinping (GLOBO, 2022).

Os representantes europeus concordaram com a importância do trabalho conjunto com os desafios globais, como as mudanças climáticas e aprofundar a cooperação para buscar um desenvolvimento verde e na energia. E afirmaram que prestarão apoio para a segunda parte da conferência da ONU sobre biodiversidade realizada na China.

Xi Jinping (2022) afirma que não tem conflitos com a UE, que busca trabalhar em conjunto respeitando os interesses da integridade territorial e da soberania, a China busca estreitar os laços tanto na economia como em assuntos como o desenvolvimento sustentável.

3.4 Estados soberanistas e as organizações internacionais

A luz da teoria interdependente de Keohane e Nye (1989) chega a novos atores no Sistema Internacional, vistos antes como apenas os Estados, agora o poder que sempre foi um dos pilares fundamentais dos estudos teóricos, passa a ser algo mais vago. Torna-se um estudo mais delicado e não apenas a Segurança do Estado a ser debatida, onde afirmam que o mundo tornou-se interdependente em uma força que até então não tinha sido vista. Eles citam a então “escola modernista” que para eles é um mundo sem fronteiras surgindo, com a chegada já assim citado de novos atores não territoriais, como as Organizações Internacionais, órgãos criados para resolver problemas que dependem da cooperação dos Estados, eles destacam também os movimentos sociais transnacionais (KEOHANE; NYE, 1989)

A concepção tradicional de poder que era debatido como apenas os recursos militares que o Estado detinha para sua segurança, acaba por mudar evidenciando o poder de barganha, o poder de ser reconhecido internacionalmente como um influente usando-se da opinião pública internacional a seu favor, a importância de seus aliados e seu peso nas Organizações Internacionais.

O poder pode ser pensado como a capacidade de um ator de levar os outros a fazer algo que, de outra forma, não fariam (e a um custo aceitável para o outro ator). O poder também pode ser concebido em termos de controle sobre os resultados (KEOHANE; NYE, 1989). Tradução nossa.⁴

Usando-se desta teoria neste subcapítulo buscará entender o peso das principais Organizações Internacionais que abordam o tema do meio ambiente juntamente com os Estados sobre as decisões tomadas perante a temática ambiental para com a República Popular da China, e buscar entender que influência eles sofrem por tais decisões.

⁴ Power can be thought of as an actor's ability to get others to do something they would not otherwise do (and at an acceptable cost to the other actor). Power can also be conceived in terms of control over outcomes (KEOHANE; NYE, 1989).

3.5 O programa das Nações Unidas para o meio ambiente (PNUMA)

O Programa das Nações Unidas (PNUMA) foi criado em 1972 na conferência de Estocolmo, como dito na primeira seção do presente trabalho. Sua constituição reconhece o programa como um órgão subsidiário da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), de forma que todo o seu aparato e mudança são discutidos pelas conferências ambientais subsequentes (ABREU, et.al, 2016). Foi a primeira a ser criada voltada totalmente para o tema, visto que já existiam organizações que integravam a temática, e seria custoso criar uma nova, visto a OMS fundada em 1948. As OIs existentes à época já haviam consolidado uma credibilidade (IVANONA 2013, Apud ABREU, et.al, 2016).

Na sua criação houve uma resistência dos países em desenvolvimento da época, principalmente da China, a qual desconfiou que era uma armação para dificultar o avanço dos países mais pobres (VEIGA, 2013). Como dito no capítulo anterior, a China se desenvolveu e se industrializou tardiamente em comparação aos Estados Unidos e países europeus, via a criação do PNUMA como uma forma de lhe frear e a submeter a ser um país atrasado.

Como primeiro objetivo era de buscar uma coordenação nas atividades atribuídas aos Estados membros e com a intenção de facilitar as trocas de conhecimento científico para atuar frente aos problemas ambientais, obteve alguns sucessos como o Protocolo de Montreal ratificado em 1987, sobre a deterioração da camada de ozônio, visto o alto número de doenças relacionadas como o câncer de pele (ABREU, et.al, 2016). Um dos atos mais importantes que foi criado em conjunto da PNUMA com a Organização Meteorológica Mundial (OMM) em 1988 nasce o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), tem como objetivo fornecer avaliações científicas regulares sobre a mudança do clima, suas implicações e possíveis riscos futuros, bem como para propor opções de adaptação e mitigação.(MCTI [s.d]). A importância do IPCC se vê com a chamada da Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas após resultados alarmantes sobre a qualidade e os limites do planeta, foi ratificada na Rio-92, em seguida foi aderida ao Protocolo de Kyoto (ABREU, et.al, 2016).

Na tabela a seguir mostra as realizações mais importantes da PNUMA:

Tabela 2: Histórico e Realizações do PNUMA.

Ano	Histórico e Realizações do PNUMA
1972	Criação do PNUMA na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano
1979	Convenção de Bonn, em 1979 sobre Espécies Migratórias
1987	Criação do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio
1988	Criação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC)
1992	Criação da comissão de desenvolvimento sustentável
1995	Criação da Emenda Basel Ban
1997	Criação do Protocolo de Quioto
2002	Lançamento da Parceria para Veículos e Combustíveis Limpos entre os países, a fim de se eliminar o uso do chumbo.
2012	Adesão de uma política institucional para o fortalecimento do PNUMA na RIO+20
2014	Realização da primeira reunião estabelecida pelo PNUMA:

(Fonte: O PNUMA e suas limitações para a governança ambiental internacional, 2016).

3.5.1 PNUMA e China

Como dito anteriormente, no momento da criação da PNUMA a China não vê com bons olhos pois acreditava ser um freio para seu avanço, porém entrou como Estado apoiador das causas ambientais, mas sem deixar seu crescimento.

[...] enquanto membro do conselho do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a China adotou e assinou 50 tratados internacionais, mais de 15 áreas de convenções e 27 acordos bilaterais relativos à proteção ambiental durante os anos 1990. No entanto, como as negociações internacionais formadas estavam se consolidando e tiveram que ser absorvidas internamente, as intenções das delegações chinesas se opuseram às aspirações internacionais. Prevaleceu a determinação para que as políticas globais não reduzissem o ritmo de crescimento no país (FERREIRA, 2012, p. 06).

A relação da China com o PNUMA tem um laço tanto quanto estreitos, em 2008, após um terremoto assola a província de Sichuan, houve intervenção da PNUMA levando ajuda e ganhando conhecimento com o acontecido, O Programa também trabalhou junto ao Ministério de Proteção Ambiental da China (MEP) e governos locais para tornar a reconstrução mais “verde”, promovendo melhorias em setores como a indústria, a educação e a agricultura (UNIC Rio, 2010). Entretanto, no mesmo ano houve duras críticas a China por ter se tornado o país que mais usa matérias primas, o que como resultado cria intensas pressões ambientais, se tornando quatro vezes maior que as dos Estados Unidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar o crescimento Chinês a revelia do meio ambiente e a entrada da temática ambiental na agenda internacional, portanto percebe-se que é um tema atual, por antes não trazer tantas preocupações como nos dias atuais. Entrando na agenda percebe-se a preocupação e a importância de um trabalho conjunto visto ser um problema além das fronteiras, como resultado criasse diversos acordos, organizações para ajudar nas regulamentações e meios de trabalho em conjunto para barrar o efeito estufa. Muitos Estados usam a temática ambiental também para o lado econômico, como alguns embargos aos países com uma alta taxa de poluição e regras frágeis como dito no decorrer do trabalho o CSNU assegura que os problemas das crises ambientais tornam as mudanças climáticas, um problema de paz e segurança dos Estados também.

A China começou o seu processo de industrialização em 1952 em contrapartida dos Estados hoje desenvolvidos, a industrialização exacerbada dos Estados Unidos e dos países europeus acontece entre 1700 e 1800. Por se industrializar tardiamente em comparação aos outros Estados o que fez chamar muito mais a atenção, ainda mais pelo o que o cenário internacional passava, com o fim da Segunda Guerra Mundial como visto a China ficou destruída e passando por uma guerra interna, não recebeu nenhum tipo de apoio dos principais Atores da época, Estados Unidos e União Soviética, ambos não viam potencial na China e o mais interessante é a URSS não demonstrar vontade em ajudar visto ter comunistas no poder também. Essas escolhas de não apoiar o desenvolvimento da China fez com que ela se fechasse, e acontecesse a industrialização sem freio, como dito no capítulo dois.

A China teria que escolher entre duas opções em uma industrialização de qualidade porém depravando o ambiente ou um subdesenvolvimento com uma maior preservação, e como todos os países aqui citados ela escolheu a primeira opção. Com isso não se pode dizer que a China nunca pensou no meio ambiente, porém priorizou seu desenvolvimento visto seu cenário de pobreza e destruição de época, a qual escolheu o carvão por ter em abundância e barato em seu território.

Em 2005 a China já estava chegando ao topo da lista dos mais poluentes, superada apenas pelos Estados Unidos, na época sua população contava com 1,3 bilhões de habitantes e atualmente está em primeiro lugar na lista dos países que mais emitem os gases do efeito estufa, a maioria da suas indústrias ainda usam o carvão como energia, porém não pode-se ignorar os esforços atuais que o governo tem para usar de matrizes energéticas limpas, com os investimentos em construção de parques eólicos, construção de fábricas e a fabricação de carros que usam de combustíveis renováveis, criando legislações que restringem o uso de carros movidos a combustíveis fósseis, criando empasses em construção de indústrias com níveis de poluição alto.

Atualmente, a China é o país que mais recebe críticas e alguns embargos econômicos acerca de sua matriz energética suja, porém é uma das líderes em investimentos na área ambiental, a qual nos dias de hoje produz mais energia eólica que os Estados Unidos como visto no capítulo 3. Além dos parques eólicos, a China segue sendo líder no mercado de automóveis elétricos, tendo uma participação global de 39%. Ainda no capítulo 3 percebe-se que muitas vezes as críticas feitas não são pela temática ambiental em si mas sim por um lado econômico, como visto no governo Trump.

Porém é de suma importância que os Estados trabalhem em conjunto para diminuir os gases de efeito estufa, como Mahbubani (2020) os Estados estão agindo de forma suicida pois em vez de procurar culpados o qual apontam ser a China faz com que impulse a crise das mudanças climáticas sem ter uma ação conjunta. Como já mencionado a China sim contribui para a deterioração do ar porém não é a única, como mostrado no decorrer do trabalho a China contribui menos do que os Estados Unidos e Europa na soma dentre os anos de 1751 a 2017).

A China tem atualmente notoriedade na questão ambiental com grandes chances de se tornar líder no assunto, como a sua permanência no Acordo de Paris diferentemente dos Estados Unidos de Trump, o qual se afastou de suas obrigações globais, deixando ainda mais a China em evidência visto ser um país ainda em desenvolvimento em contraponto dos Estados Unidos que tem uma renda per capita de US\$ 62,641.

Por fim a China está no caminho certo porém longo, como mostrado no capítulo 3 no gráfico (nº) seus investimentos acerca da Pesquisa e Desenvolvimento são altos, acima dos Estados Unidos, entretanto irá demorar ainda para chegar em

um resultado de usar 100% de energia renovável visto sua população de quase 1,500 bilhões de habitantes, que como resultado demanda de muita energia e mais investimentos para uma transição de matriz energética suja para uma matriz energética limpa. Entretanto, já se tornou uma grande aliada para tornar o mundo melhor em relação ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAC. **China passa os EUA e se torna o maior poluidor.** 2007. Disponível em: PARADIGMA_DAS_RELACOES_INTERNACIONAIS> <<http://www.abrac.com.br/>>.

ABREU, Araujo; OLIVEIRA, Nascimento; et. al. (2016). **O PNUMA e suas limitações para a governança ambiental internacional.** *Fronteira: Revista De iniciação científica Em Relações Internacionais*, 11(22), 141-169. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/10071>.

ALI, Lubna. **Xi Jinping: The Governance of China.** Margalla Papers. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Margalla-Papers/publication/365211291_MARGALLA_PAPERS_2022/links/636b43932f4bca7fd0452565/MARGALLA-PAPERS-2022.pdf#page=142

AMORIM, João Alberto Alves. **Meio Ambiente como Tema de Segurança Internacional e como Componente do Mandato do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.** Dissertação, USP, 2012. Disponível em: <<https://www.funag.gov.br/ipri/index.php/teses-e-dissertacoes/2-uncategorised/614-di-ssertacao-meio-ambiente-como-tema-de-seguranca-internacional-e-como-componen-te-do-mandato-do-conselho-de-seguranca-da-organizacao-das-nacoes-unidas-joao-alberto-alves-amorim>>.

BADER, Jeffrey. **How Xi Jinping Sees the World...and Why.** Foreign Policy. Feb 2016. Disponível em:

BARBOSA, Luciana; SOUZA, Matilde. **Securitização das Mudanças Climáticas: O papel da União Europeia.** Rio de Janeiro, vol. 32, janeiro/junho 2010, p. 121-153.. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cint/a/GjfmBq3G5PqdLNTmLzqDTRf/?lang=pt&format=pdf>>

Basic Policy on Promoting Green Procurement. Disponível em: <https://members.wto.org/crnattachments/2021/GPA/JPN/21_2723_00_e.pdf>

BOSON, Gerson de Brito Mello. Direito internacional público: o Estado em direito das gentes. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p.162.

BP – British Petroleum. **Statistical Review of World Energy 2015.** Base de

BRANDALISE, Ane Elise, MATTIELLO, Rafael. **Política Verde: Novo paradigma das Relações Internacionais.** Revista Competitividade e Sustentabilidade. Abril

2015. Disponível em
<https://www.researchgate.net/publication/310635065_POLITICA_VERDE_NOVO

BRANDÃO, Luciana, FILIPPI, Eduardo Ernesto. **SEGURANÇA AMBIENTAL EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS, UNIDADES DE ANÁLISE E PRINCIPAIS DESAFIOS NO ESTUDO SOBRE RECURSOS HÍDRICOS INTERNACIONAIS**. 2007 v. 8, n. 44. Disponível

em:<<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/75598/47741>> 20 Maio 2022

BRANDELISE, Ane Elise, GOMES, Eduardo. **A teoria ambientalista (green theory) e a competência consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos: O caso da Colômbia**. Revista de Direito Internacional. Vol 14. N.3. 2017

CAVALCANTI, Clóvis. **Uma tentativa de caracterização da economia ecológica**.

Ambiente & Sociedade, v. 7, p. 149–156. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/Sp9JNsvkWtr9yg9KS9ZWvRd/?lang=pt>>.

CAVALCANTI. Denize. **Compras públicas sustentáveis Diagnóstico, análise comparada e recomendações para o aperfeiçoamento do modelo brasileiro**.

CEPAL.Nações Unidas, fevereiro de 2017. Disponível em:

<https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/41009/S1601328_pt.pdf >

COLOMBO, Silvana. **A relativização do conceito de soberania no plano internacional**. 2008. Disponível

em <https://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/16761/11147>

Comissão Europeia. **Rumo à neutralidade climática**. Disponível em:

https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/climate-action-and-green-deal_pt

Comissão Europeia. **Transição para as energias limpas**. Disponível em:

<https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/energy-and-green-deal_pt>

dados disponível em: < <http://www.bp.com/statisticalreview>>

EDUCACAO, Portal. **Portal Educação - Artigo**. Portal Educação. Disponível em:

<<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/o-clube-de-roma-1972/20122>>

ENTESSORO, Fernando. **LA PERSPECTIVA AMBIENTAL DEL PRIMER MUNDO: INSTALACIÓN DE LA HEGEMONÍA NEOMALTHUSIANA**. In BENDI, Gilmar, CENCI, Daniel. **Direitos Humanos, Relações Internacionais e Meio Ambiente**. Curitiba: Multideia, 2013.

ENVIRONMENT, UN. **Por que o PNUMA é importante?** UNEP - UN Environment Programme. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/sobre-o-pnuma/por-que-o-pnuma-e-importante?_ga=2.86270673.870154955.1632075110-69448966.1632075110>

EPIC CHINA. Disponível em: <https://epic.uchicago.edu/area-of-focus/epic-china/>
FERREIRA, L. C. “**Questões Ambientais e Prioridades Políticas na China**”. Com Ciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, número 137. Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=76&id=954>

FERREIRA, Leila da Costa, BARBI, Fabiana. **Questões ambientais e prioridades políticas na China**. Disponível em: <<https://www.dicyt.com/noticia/questoes-ambientais-e-prioridades-politicas-na-china>> Acesso em: 20 de Maio 2022

FLORIT, Luciano Leis. **A Modernidade Insustentável. As críticas do ambientalismo à Sociedade Contemporânea**. Héctor Ricardo Leis. Ambiente & Sociedade, v. 18, n. 2, p. 157–162, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/ckVLnSTBhJhFzMWnBxLGpkj/?lang=pt&format=pdf:tex=LEIS%2C%20H%C3%A9ctor%20Ricardo.>>>.

FUSER, Igor; FERREIRA, Kelly de Souza. **ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DA POLÍTICA ENERGÉTICA DO GOVERNO OBAMA**. Caderno Cedec n° 88. Setembro de 2010. Disponível em: <http://cedec.org.br/wp-content/uploads/2022/04/CAD88.pdf>

GIFFONI, Raquel. MALERBA, Juliana. **A política (anti)ambiental nos Estados Unidos e no Brasil: uma análise comparativa**. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/80062/46870>>.

GLENN, Jerome C, FLORESCU, Elizabeth. **Environmental Security Rising on the International Agenda Development, Environment and Foresight**, 2015, Vol. 1, No. 1, 6—23, ISSN: 2336-6621

GLOBO. **China e União Europeia debatem cooperação, Ucrânia e nova Guerra Fria**. Revista Forum. Abril de 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/chinaemfoco/2022/4/3/china-unio-europeia-debatem-cooperacao-ucrnia-nova-guerra-fria-112453.html>

GUEDES. Henrique. **Tribunais Penais Internacionais: os Direitos da Mulher nos Conflitos Armados**. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/33164/1/GUEDES_HenriquePeyroteoPortela_Tribunaispenaisinternacionais_ND_153_p_171_187.pdf
<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/12934/8732>

Japão: Um País Ecológico. Descobrindo o Japão. 2012. Disponível em: <https://www.br.emb-japan.go.jp/files/000164250.pdf>

JULIANO, Paola Gonçalves Rangel do Prado. **Meio ambiente e relações internacionais**: uma discussão sobre a crise ambiental e a ausência de uma organização internacional para meio ambiente no âmbito das Nações Unidas. 3º Encontro Nacional ABRI 2011. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000300030&s_cript=sci_arttext.

KEOHANE, Robert O, Nye, Joseph S. **Power and Interdependence Revisited**. International Organization Vol 4. pág 725-753. 1987.

KISSINGER, Henry A. **Sobre a China**. Tradução Cássio de Arantes Leite. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 13, n. 23. 2015.

LACASTA, Nuno ; MARTINS BARATA, Pedro. **O protocolo de Quioto sobre alterações climáticas**: Análise e Perspectivas, 1999. Disponível em: https://www.ecoreporter.abae.pt/docs/apoio/Protocolo_de_Quioto.pdf. Acesso em: 19 Sep. 2021.

LIMA, ALBUQUERQUE. Marcos, NASCIMENTO Tatiane, MELO. Andreza. **MEIO AMBIENTE NA CHINA | impasses, avanços e desafios**

LIMA, Marcos Costa, ALBUQUERQUE, Tatiane Souza. **UMA BREVE TRAJETÓRIA DA QUESTÃO AMBIENTAL RECENTE NA CHINA**. Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. 14 de Março de 2021. Disponível em: <https://www.comciencia.br/uma-breve-trajetoria-da-questao-ambiental-recente-na-china/> Acesso em: 21 de Maio de 2022

LOURENÇO, Amanda; LOURENÇO, Marcelo; OBREGÓN, Fernando. **As consequências da saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris sob a perspectiva da proteção ambiental no âmbito internacional(*)** N.º 62, OCT-DIC 2020.

MAHBUBANI, Kishore. **A China Venceu?**. Intrínseca; 1ª edição. 23 julho 2021
MATIAS, Marlene. **Os efeitos dos megaeventos esportivos nas cidades**. Turismo & Sociedade Curitiba, v. 1, n. 2, p. 175-198, outubro de 2008. Disponível em:

MENDES, Carmen Amado. **Política Externa Chinesa: um jogo em vários tabuleiros** Revista de Estudos Chineses. Zhongguo Yanjiu. 2008. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21191/1/2008_CAM_Pol_Externa_Ch_REVISTA_ESTUDOS_CHINESES_4.pdf>

MENEGASSI, Eduarda. **Japão e Canada definem metas mais ambiciosas de redução de emissões**. 22 de abril de 2021 Disponível em: <<https://oeco.org.br/noticias/japao-e-canada-definem-metas-mais-ambiciosas-de-reducao-de-emissoes/>>

MESQUITA, João. **O acidente do Exxon Valdez, mais de 30 anos depois**. Estadão. 15 de Abril de 2020. Disponível em: <<https://marsemfim.com.br/o-acidente-do-exxon-valdez-mais-de-30-anos-depois/>>

MIYAMOTO, Shiguenoli. **A Questão Ambiental e as Relações Internacionais**. Janeiro 1991, Revista de Informação Legislativa. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/216763019_A_questao_ambiental_e_as_Relacoes_Internacionais>

MOLINA, Tatiana, PEDONE, Luiz. **China e a (In)Segurança Energética: Planejamento político com foco na sustentabilidade, competitividade e garantia de suprimentos**.

MOREIRA, Helena Margarido, RIBEIRO, Wagner Costa. **A China na ordem ambiental internacional das mudanças climáticas**. Mai-Ago 2016 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/6tpjwS5ssjJ3rQhv9SjLymC/?lang=pt>>

O ar da Europa no presente. Agencia Europeia do Ambiente. 17 de março de 2013. Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/pt/sinais-da-aea/sinais-2013/artigos/o-ar-da-europa-no-presente>

Obama e Xi Jinping anunciam acordo para combater mudança climática. Abril Veja. 12 de novembro de 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/ciencia/obama-e-xi-jinping-anunciam-acordo-para-combater-mudanca-climatica/>

OLIVEIRA, André Soares. **TRATAMENTO DIFERENCIADO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: PERSPECTIVAS A PARTIR DO ACORDO DE PARIS.**

OLIVEIRA. Gerson, VILELLA, Arthur. **Nem negacionismo nem apocalipse – economia do meio ambiente: uma perspectiva brasileira.** 2021. Disponível em: <https://www.bei.com.br/manager/uploads/press_material/nem-negacionismo-nem-apocalipse-economia-do-meio-ambiente-uma-perspectiva-brasileira-282.pdf>

OLIVEIRA. Marcel, CAMPOS. Maria, SIQUEIRA. Thomaz. **.CORONAVÍRUS: GLOBALIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NO MEIO AMBIENTE.** v. 20 n. 14 (2020): EDITORIAL BIUS JULHO/2020 V.20/N.º: 14. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/7859>>

Pensamento Verde. **Como as guerras afetam o meio ambiente.** 21 de março de 2022. Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/noticias/como-as-guerras-afetam-o-meio-ambiente/>

PEREIRA, Joana Castro. **Environmental issues and international relations, a new global (dis)order – the role of International Relations in promoting a concerted international system** Rev. Bras. Polít. Int. 58 (1): 191-209 [2015]

PLUMER, Brad. **Emissões de CO2 devem bater recorde em 2022 em meio à Guerra da Ucrânia.** Folha de São Paulo. 11 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/11/emissoes-de-co2-devem-bater-recorde-em-2022-em-meio-a-guerra-da-ucrania.shtml>

POMAR. Wladimir. **China: notas sobre o 13º Plano Quinquenal.** Sindicato dos Engenheiros. 17 de Maio de 2016. Disponível em: <http://sengeba.org.br/china-notas-sobre-o-13o-plano-quinquenal/>

PROCLIMA, Conferência de Estocolmo. **Programa Estadual de Mudanças**

Climáticas do Estado de São Paulo. Disponível em:

<<https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencias-internacionais-sobre-o-meio-ambiente/estocolmo/>>

QIN, Yaqing. **A Relational Theory of World Politics.** International Studies Review. Março de 2016

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais.** 2010. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ea/a/Mw6KgV5tKdQkwktvYpkN4jm/?lang=pt>>

ROCHA. Andrei. **A DISPUTA GEOPOLITICA SINO-JAPONESA PELA SOBERANIA DAS ILHAS DIAOYU/SENKAKU.** 2019. Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12628/TCC%20-%20Andrei_Tartaroni.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

RODRIGUES, Gabriela Cavichioli. **Crescimento e desenvolvimento chinês: o desafio ambiental.** 2013. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2013.

SAKAI. Yusuke. **OUTRO LADO DA NATUREZA E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO JAPÃO CONTEMPORÂNEO.** Revista Interdisciplinar de Literatura e Ecocrítica. JP, v. 2, n. 1, p. 79-94, Jun-Jul., 2019

SCHARF, Regina. **O Katrina de Obama.** Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br>

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. **Uma análise histórico-econômica das políticas do primeiro governo de Barack Obama.** Revista Crítica Histórica. V.11, N.22. Dez 2020. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/347772899_Uma_analise_historico-economica_das_politicas_do_primeiro_governo_de_Barack_Obama_Revista_Critica_Historica_V11_N22

SCHIRMER, Pedro; FROTA, André Matsuno. **Matriz energética chinesa: potencialidades, debilidades e alternativas sustentáveis.** Disponível em:

<<https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/244/1736714%20-%20PEDRO%20SCHIRMER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

SENHORAS, Eloi; DE, Fabiano; MOREIRA, Fabiano de Araujo. **FUNDAMENTOS NORMATIVOS PARA UMA GEOPOLÍTICA AMBIENTAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/266579815_FUNDAMENTOS_NORMATIVOS_PARA_UMA_GEOPOLITICA_AMBIENTAL_NAS_RELACOES_INTERNACIONAIS>.

SERRAGLIO, D. A. (2014). **A formação da política comunitária do meio ambiente na União Européia**. *Revista Videre*, 4(7), 76–95. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/1645>

SHENG, Shu. **A história da China Popular no século XX**

STEINER, Andrea Quirino; RODRIGUES, Diego de Freitas. **Política ambiental internacional e segurança coletiva: mudanças climáticas e Conselho de Segurança da ONU**. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, v. 1, n. 7, p. 57–76, 2009.

UNIC Rio “**PNUMA apresenta relatório sobre lições da reconstrução pós-**

terremoto na China . 2010. Disponível em: <https://unicrio.org.br/pnuma-apresenta-relatorio-sobre-licoes-aprendidas-com-o-trabalho-de-reconstrcao-pos-terremoto-na-china/>

VEIGA, José Eli da. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2013.

WAKABAYASHI, Daisuke; FU, Claire. **Carro elétrico não é o futuro da China: É o presente. Estadão, 13 de novembro de 2022**. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/economia/carro-eletrico-nao-e-o-futuro-na-china-e-o-presente/>.

WAKABAYASHI. Daisuke, FU Claire. **Carro elétrico não é o futuro na China: o presente Disponível em: <**<https://www.estadao.com.br/economia/carro-eletrico-nao-e-o-futuro-na-china-e-o-presente/>**>**

Xu Tian Rui Wu Yong Geng **Pegadas ambientais e de recursos entre a China e os países da UE** 12 September 2017.

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652617319960>

